

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) BRUNO ALVES SMITH PEREIRA

UMA ANÁLISE DO COMANDO E CONTROLE BRITÂNICO NA

OPERAÇÃO CORPORATE (1982):

ensinamentos obtidos e a compatibilidade da doutrina norte-americana.

Rio de Janeiro

2022

CC (FN) BRUNO ALVES SMITH PEREIRA

UMA ANÁLISE DO COMANDO E CONTROLE BRITÂNICO NA

OPERAÇÃO CORPORATE (1982):

ensinamentos obtidos e a compatibilidade da doutrina norte-americana.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandro de Araujo Baptista

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, causa primária de todas as coisas.

Aos meus queridos pais SO-AS Smith e Marlene Smith, por dedicarem as suas vidas para o bem-estar da nossa família.

À minha família, em especial, minha amada esposa Vanessa Smith, para quem eu dedico todo o meu amor e admiração. Companheira e amiga em todos os momentos, compartilhando comigo uma relação de suporte recíproco, necessário para vencer os desafios da vida, dia após dia. Às minhas queridas princesas, meus “amores verdadeiros”: Catarina Smith, Andressa Smith e Maria Smith, por representarem a motivação e a razão da minha existência. Sem elas a vida não faria sentido. E, por todas elas, me entreguei para que o resultado deste trabalho contribua com a minha formação profissional e, por conseguinte, com a Marinha do Brasil.

Aos meus amigos da turma C-EMOS 2022, companheiros de longa jornada que fazem o meu dia mais feliz.

Ao meu orientador, o CF (FN) Alexandre De Araujo Baptista, por ter dispensado sua atenção e conhecimento para que o presente trabalho pudesse cumprir o seu propósito.

RESUMO

O 02 de abril de 1982 representa um marco da história militar recente por registrar a deflagração da Guerra das Falklands. Uma tentativa patriótica de devolver ao povo argentino a posse do arquipélago, ensejou a montagem de um robusto esforço de guerra britânico na condução da Operação *Corporate*, materializado na Força-Tarefa Atlântico Sul (FT-317), para se contrapor, inicialmente, aos desafios das distâncias envolvidas, além daqueles advindos da natureza própria da missão, como o da composição da estrutura da cadeia de comando do seu sistema de Comando e Controle (C²). Nesse contexto, o presente trabalho tem como propósito verificar a dicotomia entre doutrina (em substituição à teoria) e realidade, por meio da análise das relações de comando do sistema de C² da FT-317, com ênfase nos níveis operacional e tático de condução da guerra. Para o atingimento desse propósito, foi realizada uma pesquisa documental, utilizando como referência a doutrina norte-americana de C², no contexto de uma Operação Anfíbia (OpAnf), além de recursos bibliográficos de autoria de algumas das personalidades britânicas que participaram da operação. Tendo sido empregado o desenho de pesquisa do confronto entre doutrina *versus* realidade, este autor concluiu que a doutrina norte-americana de C², aplicada às OpAnf, encontra compatibilidade com os ensinamentos britânicos obtidos da Operação *Corporate*.

Palavras-chave: Comando e Controle; Doutrina; Operação Anfíbia; Operação Corporate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Duas visões da relação entre comando e controle.	58
Figura 2 – Exemplo de mudanças na relação de apoio entre ComForTarAnf e ComForDbq...59	
Figura 3 – Níveis de condução da guerra	60
Organograma 1 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 02 abril de 1982.....	61
Organograma 2 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 09 abril de 1982.....	62
Organograma 3 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 12 maio de 1982.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IIGM —	Segunda Guerra Mundial
AF —	<i>Amphibious Force</i>
ATF —	<i>Amphibious Task Force</i>
C ² —	Comando e Controle
CATF —	<i>Commander Amphibious Task Force</i>
CFN —	Corpo de Fuzileiros Navais
CINCFLEET —	<i>Commander-in-Chief Fleet</i>
CLF —	<i>Commander Land Force</i>
CLFFI —	<i>Commander Land Forces Falklands Islands</i>
COMAW —	<i>Commodore Amphibious Warfare</i>
ComForDbq —	Comandante da Força de Desembarque
ComForTarAnf —	Comandante da Fora-Tarefa Anfíbia
ComTO —	Comandante do TO de Operações
CTF —	<i>Commander Task Force</i>
CTG —	<i>Commander Task Group</i>
EUA —	Estados Unidos da América
FOF —	<i>Flag Officer Flotilla</i>
ForDbq —	Força de Desembarque
ForTarAnf —	Força-Tarefa Anfíbia
FT —	Força-Tarefa
FT-317 —	Força-Tarefa Atlântico Sul
FOSM —	<i>Flag Officer Submarines</i>
GT —	Grupo-Tarefa

<i>JFC</i> –	<i>Joint Force Commander</i>
<i>LF</i> –	<i>Landing Force</i>
LCM –	Linha de Comunicação Marítima
MB –	Marinha do Brasil
OpAnf –	Operação Anfíbia
<i>RN</i> –	<i>Royal Navy</i>
RU –	Reino Unido
TO –	Teatro de Operações
<i>USMC</i> –	<i>United States Marine Corps</i>
<i>USN</i> –	<i>United States Navy</i>
UT –	Unidade-Tarefa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PRECEITOS DOUTRINÁRIOS.....	11
2.1	DEFINIÇÕES ELUCIDATIVAS.....	12
2.2	RELAÇÃO ENTRE COMANDO E CONTROLE	14
2.3	SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE	16
2.4	COMANDO E CONTROLE DA FORÇA CONJUNTA	19
2.5	COMANDO E CONTROLE DA OPERAÇÃO ANFÍBIA.....	21
3	GUERRA DAS FALKLANDS.....	24
3.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA DESCOBERTA E POSSESSÃO DO ARQUIPÉLAGO	24
3.2	PREÂMBULO DA GUERRA	27
4	RELAÇÕES DE COMANDO BRITÂNICA NA OPERAÇÃO CORPORATE.....	31
4.1	CADEIA DE COMANDO DA FORÇA TAREFA BRITÂNICA E SUAS PERSONALIDADES.....	32
4.1.1	Cadeia de Comando em 02 abril de 1982.....	33
4.1.2	Cadeia de Comando em 09 abril de 1982.....	38
4.1.3	Cadeia de Comando em 12 maio de 1982.....	40
4.2	ENSINAMENTOS OBTIDOS	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	53
	GLOSSÁRIO	55
	ANEXO A.....	58
	ANEXO B.....	59
	ANEXO C.....	60
	ANEXO D.....	61
	ANEXO E	62
	ANEXO F	63

1 INTRODUÇÃO

O 02 de abril de 1982 representa um marco da história militar recente por registrar a deflagração da Guerra das Falklands. Uma contenda que remonta a uma perspectiva de mais de quatro séculos, envolvendo diversos atores que se apropriam do título de descobridor das ilhas daquele arquipélago. Desses atores, restaram a República Argentina e o Reino Unido (RU) na peleja pela sua posse, que migrou de uma disputa diplomática pacífica para o problema militar em questão.

Era um período em que os Estados encontravam-se inseridos em um sistema internacional do pós-guerra, no qual um espectro de ordem bipolar da Guerra Fria (1947-1989) prevalecia. Na Argentina vivia-se um momento conturbado do governo militar, enquanto, no RU, a *Royal Navy (RN)* temia uma mudança da sua composição, em termos de meios, frente às novas tarefas a ela atribuídas.

Como todo conflito, a Guerra das Falklands apresentou desafios de toda natureza, a despeito do cenário político e da condição das Forças de ambos os partidos. Dentre eles, o que merece destaque, foi a distância a ser vencida pelo esforço de guerra britânico, cujas bases distavam aproximadamente oito mil milhas¹ da área de operações, uma distância geradora de impactos consideráveis para o planejamento e execução da operação britânica.

A fotografia da situação suscitou o RU a compor a Força-Tarefa Atlântico Sul (FT-317) para realização da Operação *Corporate*, visando a reconquista do território insular invadido pelos argentinos, mediante a realização de uma Operação Anfíbia (OpAnf). Esse modelo de operação conjunta é considerado um dos mais complexos entre as atividades

Commented [BS1]: Como fica

¹ CLAPP; SOUTHBY-TAILYOUR, 1996, p. 53.

militares, pois demanda um elevado nível de coordenação e cooperação horizontal entre as forças de mar, terra e ar; e vertical entre os escalões constituintes da estrutura de cada força.

Nesse cenário, a capacidade do sistema de Comando e Controle (C2) britânica foi colocada à prova ante os impactos das distâncias envolvidas e a imperiosa necessidade de coordenação dos diversos componentes da FT-317. Sua organização, sustentada na estrutura da cadeia de comando, foi um capítulo à parte no conflito, por conta, não apenas das configurações empregadas, mas também dos personagens que a integraram.

Diante do que foi apresentado, o propósito deste trabalho é verificar a dicotomia entre doutrina (em substituição à teoria) e realidade, por meio da análise das relações de comando do sistema de C² da FT-317, com ênfase nos níveis operacional e tático de condução da guerra, por ocasião da reconquista britânica das Ilhas Falklands, tendo sido considerado o período dos meses de abril a junho de 1982.

Para atingir esse propósito, foi realizada uma pesquisa documental, empregando o desenho de pesquisa do confronto entre doutrina *versus* realidade, tendo como referência a doutrina norte-americana de C², no contexto de uma OpAnf, além de recursos bibliográficos de autoria de algumas das personalidades britânicas que participaram da Operação *Corporate*.

Cabe ressaltar que a seleção do emprego da doutrina norte-americana, como teoria, em detrimento da brasileira, deu-se pelo simples fato de que sua influência tem se mostrada, ao longo do tempo, incontestável para a formulação e atualização da doutrina da Marinha do Brasil (MB) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Destarte, o tema é de relevante importância para a MB, pois poderá contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina de C², particularmente, no tocante às suas concepções de organização da cadeia de comando, quando empregada em uma força conjunta constituída para a execução de uma OpAnf.

A seguinte questão de pesquisa se coloca: a doutrina norte-americana de C², aplicada às OpAnf, encontra compatibilidade com os ensinamentos britânicos obtidos da Operação *Corporate*?

Para responder esta pergunta o presente trabalho será desenvolvido em três seções, além desta introdução e da apresentação das conclusões, no quinto capítulo.

A segunda seção descreverá a fundamentação doutrinária do trabalho, abordando os aspectos relevantes em relação ao sistema de C² empregado por uma força conjunta, com enfoque nas OpAnf.

Na sequência, a terceira seção introduzirá a mente do leitor no ambiente histórico do objeto da disputa, bem como na conjuntura que antecede o conflito.

Posteriormente, a quarta seção analisará as relações de comando do sistema de C² da FT-317, abordando considerações importantes extraídas como lições aprendidas da Operação *Corporate*, de forma que permita a verificação da compatibilidade da doutrina norte-americana de C² com esses ensinamentos.

2 PRECEITOS DOUTRINÁRIOS

Originalmente, a MB inspirava-se no RN, indubitavelmente umas das forças navais mais poderosas que já existiu. Porém, a *United States Navy (USN)* angariou a simpatia brasileira a partir do momento em que ela se mostrou ao mundo como nova potência diante do resultado vitorioso na Guerra Hispano-Americana (1898), e, posteriormente, ratificou seu *status* de grande potência por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). É justamente naquela década que a MB inicia uma aproximação da USN, com a contratação de oficiais norte-americanos para atuar como instrutores na Escola Naval de Guerra, hoje denominada Escola de Guerra Naval. Na década seguinte, em 1922, dá-se início à Missão Naval Americana, marco do início de um relacionamento proveitoso entre as duas Marinhas.²

Em se tratando do CFN, por ocasião da sua criação, promulgada pelo Decreto n° 21.106, de 29 de fevereiro de 1932³, não havia doutrina de OpAnf no país, obrigando os oficiais a estudar a doutrina de força terrestre na Escola de Aperfeiçoamento do Exército. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial — 1939 - 1945 (IIGM) — em função do desenvolvimento de fortes laços entre a MB e a USN, surgiu a oportunidade dos oficiais do CFN terem acesso, por meio dos cursos do *United States Marine Corps (USMC)*, ao conhecimento doutrinário disponível sobre OpAnf. Com isso, “a doutrina anfíbia brasileira foi integralmente copiada da norte-americana”⁴, e a sua progressiva divulgação nos diferentes níveis de cursos de carreira no Brasil, contribuiu com a qualificação e adestramento do pessoal.⁵

² VIDIGAL, 1985, p. 74.

³ BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 21.106 de 29 de fevereiro de 1932. Disponível: <https://legis.senado.leg.br/norma/440309/publicacao/15654992>. Acessado em: 01 ago. 2022.

⁴ COSTA, 2005, p. 20. O autor da obra, Almirante de Esquadra Carlos Augusto Costa, foi o Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais no período de 22 de dezembro de 1998 a 20 de dezembro de 2002.

⁵ COSTA, 2005, p 19-22.

Diante das evidências expostas, que corroboram a influência norte-americana sobre o pensamento doutrinário da MB e do CFN, apresentaremos neste capítulo os preceitos da sua doutrina relativos ao sistema de C² aplicados às OpAnf, empregando publicações da USN e do USMC, além de *Joint Publications*. Porém, antes de se debruçar sobre o tópico proposto, faz-se mister discorrer sobre algumas definições elucidativas e conceitos relativos à C², e associá-los ao contexto operacional selecionado, de forma a contribuir para uma melhor compreensão da abordagem escolhida, permitindo um encadeamento mais claro das ideias a serem apresentadas no decorrer deste trabalho.

2.1 DEFINIÇÕES ELUCIDATIVAS

A doutrina norte-americana aponta para a necessidade de integração das capacidades de organização, planejamento e comunicação de forma a permitir um emprego coerente de uma força conjunta em ações sincronizadas, a despeito de suas complexidades significativas. Essas capacidades relacionadas funcionalmente centram-se na habilidade do comandante quando do emprego dessa força, sendo agrupadas na função conjunta de C².⁶

Adicionalmente, estabelece que a função conjunta C²:

[...] compreende o exercício da autoridade, responsabilidade, e direção por um comandante sobre as forças designadas e adjudicadas para cumprir a missão. **Comandar** em todos os níveis é a arte de motivar e direcionar pessoas e organizações para ação para cumprir missões. [...] **Controlar** é administrar e direcionar forças e funções consistentes com a autoridade de comando de um comandante⁷ (EUA, 2017, p. I-18, tradução e grifos nossos).

⁶ EUA, 2017, p. I-17. Funções conjuntas: C², inteligência, fogos, movimento e manobra, proteção, sustentação e informação.

⁷ EUA, 2017, p. I-18. No original: “[...] encompasses the exercise of authority, responsibility, and direction by a commander over assigned and attached forces to accomplish the mission. Command at all levels is the art of motivating and directing people and organizations into action to accomplish missions. [...] To control is to manage and direct forces and functions consistent with a commander’s command authority.”

Em complemento, o glossário de termos militares e associados norte-americano define comando como “a autoridade que um comandante das forças armadas exerce legalmente sobre subordinados em virtude de posto ou atribuição”⁸ e controle como “a autoridade que pode ser inferior ao comando total exercido por um comandante sobre parte das atividades de organizações subordinadas ou outras”⁹.

Nesse contexto, reitera-se a importância primordial exercida pelo comando sobre todo espectro de ações militares, desde assistência humanitária em um extremo à guerra total no outro, devendo ser aplicado igualmente por líderes de pequenas frações e comandantes de corpos complexos.

Analisando uma outra abordagem particular, especificamente em relação à USN e o USMC, o C² é moldado pelas características e complexidades de seu emprego, e por suas tradições e culturas, tornando-se fundamental para que os comandantes subordinados possam executar suas operações de forma independente, não perdendo o foco do cumprimento da missão, balizada pela intenção do comandante superior. Espera-se que, uma vez designadas as funções e missões, o comandante subordinado execute ações tempestivas, mantendo a consciência situacional do comandante superior, a quem compete a autoridade para negar qualquer ação em particular.

Essa autoridade que endossa as decisões do comandante superior em negar ou aprovar ações, repousa na dependência do controle exercido através da avaliação permanente das atividades desenvolvidas. Esse controle inicia-se no planejamento da decisão a ser desencadeada em forma de ação e se estende pela sua execução, de maneira que o seu

⁸ EUA, 2021a, p. 40. No original: “The authority that a commander in the armed forces lawfully exercises over subordinates by virtue of rank or assignment.”

⁹ EUA, 2021a, p. 48. No original: “Authority that may be less than full command exercised by a commander over part of the activities of subordinate or other organizations.”

monitoramento permita que o resultado não desvie do propósito previamente estabelecido, mediante a correção da ação, caso necessário.

2.2 RELAÇÃO ENTRE COMANDO E CONTROLE

Sun Tzu, em *The Art of War*, descreve a rigidez desejada a ser empregada pelos líderes no comando de suas ordens a seus subordinados com a aplicação do seu efetivo controle, ao afirmar que “se as palavras de comando não são claras e distintas, se as ordens não são completamente compreendidas, o general é o culpado. Mas se suas ordens são claras e os soldados desobedecem, então a culpa é de seus oficiais”¹⁰.

A despeito do cenário exposto representar uma conduta exacerbada por parte daquele que comanda e controla seus comandados, o mesmo exemplifica uma visão tradicional de C², quando a operação do comando e o do controle baseava-se em um processo *top-down*, ou seja, em sentido único do topo da organização em direção à base subordinada.

Nesse contexto, a doutrina norte-americana de C² descreve essa visão antiga do processo como: “os comandantes impõem controle sobre aqueles sob seu comando; os comandantes estão ‘*no controle*’ de seus subordinados e os subordinados estão ‘*sob o controle*’ de seus comandantes”¹¹. Assim, de um único detentor “*no controle*” emana o comando e o controle, ditando as ordens e diferenciando-o daqueles que as respondem por estarem “*sob o controle*”. (FIG 1)

¹⁰ TZU, 2009, p. 1-2. No original: “If words of command are not clear and distinct, if orders are not thoroughly understood, the general is to blame. But if his orders are clear, and the soldiers nevertheless disobey, then it is the fault of their officers.”

¹¹ EUA, 2018, p. 1-7. No original: “Commanders impose control on those under their command; commanders are “in control” of their subordinates, and subordinates are “under the control” of their commanders.”

Na sequência, é sugerida “uma visão diferente e mais dinâmica de C² que enxerga o comando como o exercício da autoridade e o controle como feedback sobre os efeitos da ação tomada”, na qual comandante comanda a ação a ser executada e controla a sua execução por meio de ajuste ou modificações em caso de necessidade, a partir de um canal de informações sobre o desdobramento da situação.¹² (FIG 1)

É o feedback que alimenta tal canal, mantendo de forma contínua o fluxo de informações:

O feedback indica a diferença entre os objetivos e a situação tal como ela existe. [...] O feedback é o mecanismo que permite que os comandantes se adaptem às mudanças. [...] Neste sentido, o feedback “controla” a ação de comando subsequente. Em tal sistema de comando e controle, o controle não é estritamente algo que os superiores impõem aos subordinados; em vez disso, todo o sistema caminha “sob controle” com base no feedback sobre a situação alterada¹³ (EUA, 2018, p. 1-8 e 1-9, tradução nossa).

Isso posto, verificamos que o processamento do C² advém de inter-relações que habilitam todas as partes interessadas do sistema a interagirem mutuamente e em todas as direções. Os comandos e feedbacks trafegam simultaneamente nos canais de informações, o que gera uma necessidade de coordenação e controle a ser perseguida constantemente, de forma a manter essas vias livres de congestionamentos. Além disso, o produto desse processo é um sistema de apoio recíproco de trocas dinâmicas, no qual os componentes que integram o sistema contribuem sinergicamente para que a Força como um todo esteja em condições de adaptar-se continuamente à evolução das necessidades que porventura venham a surgir, mantendo, assim, o foco na orientação para o cumprimento da missão.

¹² EUA, 2018, p. 1-7. No original: “different and more dynamic view of command and control which sees command as the exercise of authority and control as feedback about the effects of the action taken.”

¹³ EUA, 2018, p. 1-8 e 1-9. No original: “Feedback indicates the difference between the goals and the situation as it exists [...] Feedback is the mechanism that allows commanders to adapt to changing circumstances [...] In this way, feedback ‘controls’ subsequent command action. In such a command and control system, control is not strictly something that seniors impose on subordinates; rather, the entire system comes ‘under control’ based on feedback about the changing situation.

Veremos a seguir um desenho geral da integração do comando e do controle em um sistema estruturado hierarquicamente, no qual seus usuários interagem de forma a preservar a integridade da Força que ele opera e destruir ou, ao menos, desestabilizar o da Força oponente.

2.3 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE

Em se definindo pelo comandante a ação a ser empreendida pelo subordinado ou o efeito desejado dessa ação, segue-se a orientação e o monitoramento dos eventos executados pelas forças por intermédio de um sistema de comando e controle, que estende sua influência por toda cadeia de comando subordinada.

De acordo com a doutrina naval norte-americana de C²,

Um sistema de C² abrange as instalações, equipamentos, comunicações, procedimentos e pessoal essenciais a um comandante para planejar, dirigir e controlar as operações das forças designadas de acordo com as missões designadas. Essa integração de pessoas, doutrina, tecnologia e informação permite que um comandante ganhe consciência situacional, tome decisões sobre cursos de ação e implemente essas decisões por meio de planos e ordens. [...] o sistema de C² naval engloba não apenas os equipamentos e tecnologia que suportam o comando e controle, mas também a liderança, o treinamento, a organização e a doutrina que o orientam. Assim, o comandante é parte integrante do sistema de comando e controle, não apenas um usuário dele¹⁴ (EUA, 1995, p. 10 e 11, tradução nossa).

Diante do exposto, podemos identificar um enredo composto de múltiplas partes, diversos elementos e atores interligados, cada um dos quais se preocupa em atuar individualmente de acordo com seu próprio contexto e que, agindo assim, contribui para

¹⁴ EUA, 1995, p. 10. No original: "A command and control system encompasses the facilities, equipment, communications, procedures, and personnel essential to a commander for planning, directing, and controlling operations of assigned forces pursuant to the missions assigned. Such an integration of people, doctrine, technology, and information allows a commander to gain situational awareness, reach decisions about courses of action, and implement those decisions by means of plans and orders. [...] the naval command and control system encompasses not only the equipment and technology that support command and control, but also the leadership, training, organization, and doctrine that guide it. Thus, the commander is an integral part of the command and control system, not just a user of it."

alterar as circunstâncias que afetam a totalidade do sistema, de forma previsível ou inesperada. É desse processo de frequentes interações que a complexidade emerge, pois, geralmente, é extremamente difícil isolar causas individuais e seus efeitos, uma vez que as partes estão todas conectadas em uma rede complexa.

Adicionalmente, a composição do sistema naval norte-americano de C² é descrita centrada em três elementos básicos:

[...] organização de C², informação e suporte de C². A organização de C² engloba o comandante e a cadeia de comando que conecta os comandantes superiores aos comandantes subordinados. A informação é a força vital de todo o sistema de C². O suporte de C² é a estrutura pela qual o comandante naval exerce C². Inclui as pessoas, equipamentos e instalações que fornecem informações aos comandantes e subordinados¹⁵ (EUA, 1995, p. 31, tradução nossa).

Uma visão mais atual dos componentes do sistema de C² é apresentada pelo USMC, que difere da anterior apenas em um elemento, ao substituir a organização de C² por pessoas, descrevendo a importância dos seres humanos como parte integrante do sistema de C² e não simplesmente como um usuário.¹⁶

Não ter sido apresentado como elemento constituinte do sistema de C² pela doutrina da USN, não reduziu a importância das pessoas nesse contexto, já que “o primeiro princípio do C² naval é que as pessoas são a chave desse sistema. Elas fazem as coisas acontecerem e o sistema de C² existe apenas para servi-las.”¹⁷

Empregaremos a primeira proposta da composição do sistema de C² definida pela USN, visto que, o elemento da organização de C² das forças navais é um fator fundamental

¹⁵ EUA, 1995, p. 31. No original: “[...] command and control organization, information, and command and control support. The command and control organization encompasses the commander and the chain of command that connects superior commanders with subordinate commanders. Information is the lifeblood of the entire command and control system. Command and control support is the structure by which the naval commander exercises command and control. It includes the people, equipment, and facilities that provide information to commanders and subordinates.”

¹⁶ EUA, 2018, p. 1-15.

¹⁷ EUA, 1995, p. 52. No original: “The first principle of naval command and control is that people are the key. People make things happen-the command and control system exists only to serve them.”

para o entendimento do escopo deste trabalho, pois representa as relações de comando e apoio dentro da força, em uma estrutura de autoridade e responsabilidade claramente definida. Elementos das Forças Armadas e apoios compõem essa distribuição da cadeia de comando de acordo com as tarefas a serem realizadas para o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas.

A informação, segundo elemento do sistema de C^2 , tem papel primordial no processo de tomada de decisão e na sua posterior execução, visto que, em um primeiro momento, contribui para formular uma compreensão da situação, que servirá de base para a tomada de decisão e, na sequência, facilita a coordenação da execução das ações. Além disso, ajuda na disseminação da intenção do comandante por toda a força, de forma a permitir que o subordinado, a partir do entendimento claro do que foi disseminado, tome a iniciativa necessária para o cumprimento da missão. Em contrapartida, a informação é trabalhada de forma a ludibriar o adversário, inculcando em sua consciência uma imagem da situação que não reflete a realidade, levando-o a tomadas de decisões erradas ou inoportunas.¹⁸

Terceiro e último componente sistema de C^2 , o suporte de C^2 constitui o exoesqueleto que fornece a estrutura deste sistema. Abrange as instalações, equipamentos, comunicações, procedimentos e pessoal essenciais para a sustentação do fluxo e processamento de informações. Seu propósito é incrementar as habilidades dos comandantes para planejar, direcionar e controlar as operações das forças conforme as missões a elas atribuídas, bem como proteger nossas próprias atividades de C^2 contra a interferência do inimigo e monitorar, manipular e interromper ativamente as capacidades de C^2 desse inimigo.¹⁹

¹⁸ EUA, 1995, p. 37-39.

¹⁹ EUA, 1995, p. 42-43.

Ao longo da história os avanços nos sistemas de C² melhoraram a consciência situacional e a compreensão dos comandantes em todos os níveis de condução dos conflitos. Essas evoluções procuram manter a efetividade do sistema em função da busca por uma maneira de lidar com os efeitos que o ambiente operacional a ele impunha, referindo-se às consequências que o atrito do combate inflige sobre a força de forma a limitar e restringir o seu devido emprego. Em contrapartida, procura aproveitar esses mesmos efeitos do ambiente aplicados ao adversário submetendo-o a uma desordem ingovernável.

Após definirmos o sistema de C² e analisarmos a sua composição, serão apresentadas as considerações específicas de uma versão aplicada a uma força conjunta.

2.4 COMANDO E CONTROLE DA FORÇA CONJUNTA

Iniciamos a presente subseção com a descrição do que é uma força conjunta, definida de acordo com a doutrina norte-americana como “uma força composta por elementos, designados ou adjudicados, oriundos de dois ou mais departamentos militares operando sobre um comandante de força conjunta único.”²⁰

Essa configuração empresta a uma operação conjunta um caráter único, que orienta as relações entre as forças que a compõem, a despeito das suas diferenças culturais e doutrinárias, no que tange a coordenação necessária para desenvolver o planejamento e a execução das ações pertinentes destinadas ao atingimento de um objetivo comum.

Para tal, é essencial o exercício da unidade de comando e unidade de esforço entre as forças componentes:

²⁰ EUA, 2021a, p. 116. No original: “a force composed of elements, assigned or attached, of two or more Military Departments operating under a single joint force commander.”

Unidade de comando significa que todas as forças operam sob um único comandante com a autoridade necessária para dirigir todas as forças empregadas na busca de um propósito comum. A unidade de esforço, no entanto, requer coordenação e cooperação entre todas as forças em direção a um objetivo comumente reconhecido, embora não sejam necessariamente parte da mesma estrutura de comando²¹ (EUA, 2017, p. V-1, tradução nossa).

A unidade de comando é fortalecida em decorrência da aderência à alguns princípios fundamentais de C², elencados pela doutrina das forças armadas norte-americanas. Dentre eles, corroborando o escopo deste trabalho, destacam-se: a atribuição de tarefas por efeito desejado e a definição clara das autoridades, papéis e relacionamentos.²²

Atribuir tarefas de acordo com o efeito desejado é conduzir operações militares por meio de execução descentralizadas, pois tal fundamento capacita os indivíduos a exercer julgamento sobre como eles realizam suas tarefas e explora o elemento humano em operações conjuntas, enfatizando iniciativa, criatividade e julgamento. Os pedidos são focados no propósito da operação e não nos detalhes de como realizar as tarefas atribuídas, pois, sempre que possível, aos subordinados fica delegado o poder de decisão. Para que esse processo seja efetivo faz-se necessário a completa compreensão da intenção do comandante em todos os níveis de comando.²³

A aplicação do segundo fundamento selecionado já se verifica quando da designação de um *Joint Force Commander* (JFC), detentor da autoridade necessária para executar as tarefas a ele designadas empregando uma cadeia de comando simples, na qual seus comandantes subordinados e chefes de estados-maiores devem compreender suas autoridades, papel na tomada de decisões e relacionamentos com os outros. O comandante

²¹ EUA, 2017, p. V-1 No original: "Unity of command means all forces operate under a single commander with the requisite authority to direct all forces employed in pursuit of a common purpose. Unity of effort, however, requires coordination and cooperation among all forces toward a commonly recognized objective, although they are not necessarily part of the same command structure."

²² EUA, 2017, p. V-14.

²³ EUA, 2017, p. V-15.

deve dar ao estado-maior autoridade para tomar decisões de rotina dentro das limitações da intenção do comandante durante a condução das operações.²⁴

No contexto de uma operação conjunta, a capacidade do JFC de decidir de forma sensata e oportuna; e executá-la eficazmente é incrementada pelo sistema de C², o qual também favorece a busca da unidade de esforço por meio da execução descentralizada de planos centralizados ou por meio da atribuição de tarefas pelo efeito desejado.

Dentre as incontáveis possibilidades de operação conjunta, podemos citar a OpAnf como um exemplo clássico, na qual o JFC executa um papel fundamental na definição e condução das relações de comando de seus subordinados, o que será devidamente abordado na subseção a seguir.

2.5 COMANDO E CONTROLE DA OPERAÇÃO ANFÍBIA

Uma OpAnf representa desafios expressivos para o C², pois demandam uma cooperação estreita e permanente entre seus componentes em um ambiente incerto e complexo. Por conta desse enredo é avaliada como uma das mais exigentes entre todas as operações militares. O dinamismo deste modelo de operação orienta seus diversos elementos em diferentes direções e intensidades, o que suscita um C² efetivo de forma a suavizar as severas punições advindas das falhas cometidas e imperfeições existentes no processo.

Isso posto, empregaremos a seguinte definição de OpAnf:

[...] uma operação militar lançada do mar por uma *Amphibious Force (AF)* para conduzir operações de Força de Desembarque (ForDbq) sobre os litorais. Os litorais incluem aquelas áreas terrestres (e seu mar adjacente e espaço aéreo sobrejacente) que são predominantemente suscetíveis a engajamento e influência do mar e pode se aprofundar mais para o interior²⁵ (EUA, 2021b, p. I-1, tradução nossa).

²⁴ EUA, 2017, p. V-15.

²⁵ EUA, 2021b, p. I-1. No original: "An amphibious operation is a military operation launched from the sea by an

De forma a contribuir com o entendimento da definição citada e, de igual forma, para o posterior desenvolvimento do trabalho, adotaremos o seguinte conceito de força anfíbia, o qual agrega outros de igual importância:

Uma AF é uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) e uma ForDbq em conjunto com outras forças que são treinadas, organizadas e equipadas para OpAnf. Uma ForTarAnf é uma organização por tarefa da Marinha formada para conduzir OpAnf. [...] Uma ForDbq é uma organização por tarefas do Corpo de Fuzileiros Navais ou Exército constituída para conduzir uma OpAnf²⁶ (EUA, 2021b, p. I-1, tradução nossa).

Uma das características fundamentais inerente às OpAnf é a imprescindível integração das ações entre *Amphibious Task Force (ATF)* e o *Landing Force (LF)*, por conta das responsabilidades compartilhadas e das dependências de ambas durante a operação. A estreita coordenação e cooperação exigem confiança entre os comandantes e seus estados-maiores, pois são incumbidas de realizar, ao mesmo tempo, tarefas distintas e separadas.

A doutrina norte-americana adota uma relação entre o *Commander Amphibious Task Force (CATF)* e o *Commander Land Force (CLF)* de apoio recíproco, na qual as posições se alternam entre “apoiador” e “apoiado”, sob a autoridade geral de um JFC. A relevância do estabelecimento de cada um dos papéis entre os comandos designados da AF reside na definição de prioridades aos comandantes e seus estados-maiores. Essas relações devem se basear “na missão, natureza e duração da operação, capacidades da força, ambiente operacional e recomendações dos comandantes subordinados”²⁷.

No entanto, independentemente das relações de comando pré-estabelecidas

amphibious force (AF) to conduct landing force (LF) operations within the littorals. The littorals include those land areas (and their adjacent sea and associated air space) that are predominantly susceptible to engagement and influence from the sea and may reach far inland.”

²⁶ EUA, 2021b, p. I-1. No original: “An AF is an amphibious task force (ATF) and LF together with other forces that are trained, organized, and equipped for amphibious operations. An ATF is a Navy task organization formed to conduct amphibious operations. [...] An LF is a United States Marine Corps (USMC), or United States Army (USA) task organization formed to conduct amphibious operations.”

²⁷ EUA, 2021b, p. III-2. No original: “mission, nature, and duration of the operation, force capabilities, operational environment, and recommendations from subordinate commanders”.

durante a fase do planejamento, mais especificamente, a partir do recebimento da diretiva inicial, devem ser observadas relações únicas de paridade entre os comandantes da AF. Dessa forma, as decisões são tomadas com base no entendimento comum do cumprimento da missão; e, quaisquer divergências de opiniões não resolvidas entre os comandantes, devem ser encaminhadas ao superior com a autoridade suficiente para a decisão.²⁸

Essa condição de equivalência se altera mediante o emprego de uma "*establishing directive*". Ela fornece as especificidades dos relacionamentos futuros, a partir dos quais os comandantes a ForTarAnf e da ForDbq identificarão juntos os eventos e as condições para qualquer mudança no relacionamento durante uma operação; ainda durante a fase de planejamento, e os encaminharão à autoridade competente para aprovação.²⁹

O manual JP 3-02 *Amphibious Operations* apresenta exemplos, que não devem ser tomadas como regras, de situações possíveis de emprego nas quais a condição no relacionamento entre os comandantes a ForTarAnf e da ForDbq pode alterar. (FIG 2)

O que nos propusemos a fazer nesta seção do texto foi estudar alguns dos conceitos da doutrina norte-americana de C², partindo das definições de comando e de controle; apresentar relação existente entre ambos conceitos, resultando em um sistema de C² integrado; descrever as características e composição deste sistema, estruturado da forma a melhor cumprir as tarefas para quais ele foi proposto e, por fim, descrever um modelo de sistema de C² no contexto de uma força conjunta, neste caso, uma OpAnf.

Após discorrer sobre os conceitos da doutrina de C² e, assim, com uma base sólida de conhecimento, finalizar este capítulo teórico, passaremos a desenvolver na próxima seção uma abordagem histórica das Falklands e da guerra entre a Argentina e o RU pela sua posse.

²⁸ EUA, 2021b, p. III-2 e III-3.

²⁹ EUA, 2021b, p. III-3.

3 GUERRA DAS FALKLANDS

Antes de discorrermos sobre algumas especificidades do sistema de C² britânico, por ocasião da Guerra das Falklands, e, com a finalidade de prover uma melhor compreensão da rivalidade entre Argentina e RU sobre o domínio do arquipélago, será útil revermos os antecedentes históricos que compreenderam a descoberta e a sucessivas posses do arquipélago, bem como os eventos que antecederam o conflito.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA DESCOBERTA E POSSESSÃO DO ARQUIPÉLAGO

Os argumentos de cada uma das partes são diversos e conflitantes como em qualquer disputa legal. Dessa forma, a descoberta do arquipélago constitui um dilema histórico para o qual ainda não se pode definir uma solução precisa, devido à falta de dados que permitam atribuir o evento à um navegador específico, além das informações divergentes das publicações consultadas.

Alguns autores descrevem o holandês Sebald de Weert (1567-1603) como sendo o primeiro navegador a localizar as ilhas, porém, sem desembarcar, enquanto desbravava o Atlântico Sul no ano de 1600.³⁰

De acordo com a visão argentina, existem evidências que sustentam a prioridade hispânica, como crônicas e cartografias, de que as Malvinas³¹ teriam sido descobertas na primeira metade do século XVI. Dentre os supostos descobridores podemos citar: “Hernando

³⁰ LANDABURU, 1989, p. 20.

³¹ Para entendimento deste trabalho, o nome Malvinas será empregado em substituição ao nome Falklands, sob o ponto de vista do contexto argentino ou espanhol.

de Magallanes, ao serviço da Espanha (1520), Esteban Gómez daquela expedição (1520), Simón de Alcazaba, ao serviço da Espanha (1535) e Francisco de Camargo, navegando também para a Espanha (1540)".³²

Por outro lado, de acordo com a versão britânica, espanhóis, britânicos e holandeses têm quase o mesmo direito ao crédito da descoberta das Falklands. Porém, o primeiro desembarque em suas terras remonta ao final do século XVII, mais especificamente o ano de 1690, quando da descoberta inesperada do canal entre as duas principais ilhas do arquipélago pelo capitão britânico John Strong (1654-1693), que batizou o local de Falkland Sound em homenagem ao Primeiro Lorde do Almirantado, Lord Falkland³³.

No início do século XVIII, apesar do Tratado de Utrecht³⁴ de 1713 ter confirmado formalmente o controle espanhol sobre as Malvinas, não foi suficiente para conter as ambições francesas, cuja expedição desembarcou ao norte da atual Port Stanley em East Falkland;³⁵ e as ambições inglesas, que conceberam uma missão semelhante, só que, desta vez, no outro lado do arquipélago, em West Falklands³⁶.

Ambas investidas foram interpretadas pelos espanhóis como flagrante violação dos termos do Tratado de Utrecht. A ocupação francesa foi pacificamente resolvida com uma compensação substancial em troca da cessão da colônia de Port Stanley à Espanha, pela aliança do momento, enquanto que o assentamento britânico ensejou a necessidade

³² LANDABURU, 1989, p. 19. No original: "Hernando de Magallanes, al servicio de España (1520), Esteban (Gómez de esa expedición (1520), Simón de Alcazaba, al ser vicio de España (1535) y Francisco de Camargo, también navegan do por España (1540)."

³³ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 20.

³⁴ Acordo que pôs fim à Guerra de sucessão espanhola (1701-1714).

³⁵ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 20. O nobre francês Antoine de Bougainville foi primeiro homem a realizar um plano para tomar e colonizar as Falklands. Esta ocupação está na raiz de todas as reivindicações argentinas subsequentes às Malvinas.

³⁶ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 21. O almirantado britânico enviou o Comodoro John Byron para inspecionar as ilhas e reivindicá-las. Ele chegou a West Falklands um ano depois dos franceses, em 1765, sem saber da presença dos franceses na outra ilha. O local foi batizado de Port Egmont.

espanhola do envio de cinco navios e 1.400 homens com o objetivo de expulsar qualquer britânico das ilhas, à força, caso necessário. Como resultado, o pequeno grupo de *Royal Marines*, sob o comando do capitão inglês George Farmer (1732-1779), deixou a posição "sob protesto" e retornou para a Inglaterra em setembro de 1770.³⁷

Após um período intenso de negociações diplomáticas, com ameaças de guerra de ambos os lados, seguido de uma autorização de retorno britânico às ilhas com o intuito de "restaurar a honra do rei", a qual teve como contrapartida o segredo da garantia de promessa que deixariam a posição futuramente, foi assinado em 1790 a Convenção de Nootka Sound, pela qual o "RU renunciou formalmente a quaisquer ambições coloniais na América do Sul e 'nas ilhas adjacentes'. As Malvinas foram ocupadas como colônia espanhola por quarenta anos, até o [...] início do século XIX".³⁸

A partir da derrocada do Império espanhol, em 1820, o governo do estado das Províncias Unidas do Rio da Prata, precursor da atual Argentina, declarou a soberania por herança da Espanha sobre o arquipélago das Malvinas. Na tentativa de fazer cumprir a administração e justiça do local foram nomeados governadores, focados em aliar os interesses comerciais e agrícolas de Buenos Aires nas ilhas.³⁹

As manobras políticas operadas por Buenos Aires geraram protestos do cônsul britânico, Woodbine Parish (1796 – 1882), que, apesar de contrariar a Convenção de Nootka Sound, sustentou uma antiga reivindicação britânica das ilhas junto ao governo argentino e alertou o RU das intenções que pairavam sobre as Falklands, quando da designação de Luis Vernet (1791 - 1871) como governador das Malvinas, em 1829.⁴⁰

³⁷ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 21.

³⁸ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 22

³⁹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 22-23

⁴⁰ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 23.

Perante o cenário apresentado, em 2 de janeiro de 1833, os britânicos retornaram às ilhas instruídos para reconquistar e mantê-las sob o controle da coroa britânica. Ao chegar nas Falklands com dois navios de guerra, determinaram que o pequeno efetivo argentino arriasse a bandeira do mastro e retornasse para o continente. A contar a partir desse dia, com exceção de dois meses de conflito em 1982, a posse e o controle britânico sobre as ilhas perduram até hoje.⁴¹

Percorremos neste capítulo um pouco mais de dois séculos de história das Ilhas Falklands, desde uma das teorias sobre a sua descoberta até chegar ao momento que perfaz o cenário norteador deste trabalho, que é conflito entre a República Argentina e o Reino Unido, o qual será abordado na próxima subseção.

3.2 PREÂMBULO DA GUERRA

Após algumas mudanças na titularidade do controle das Falklands, prevaleceu a determinação britânica em detrimento da argentina, o que nos conduz a necessidade de analisar qual era o significado estratégico das ilhas para o RU e como ele mudou ao longo dos anos, especialmente no século XX.

Até o início do século passado, o conjunto de ilhas das Falklands era o ponto chave que dominava o controle da navegação interoceânica do Sul. O deslocamento desse protagonismo se efetiva quando ocorre a abertura do Canal do Panamá. Liberado oficialmente para o trânsito de navios em 15 de agosto de 1914, significou uma real diminuição do valor daquele arquipélago em se tratando das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) do Atlântico

⁴¹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 23.

ao Pacífico e vice-versa. Com isso, já em 1907, os ingleses transferiram a sua visão do futuro estratégico das Falklands para o Continente Antártico ⁴²

Não obstante esta avaliação britânica do papel das Falklands no início do século XX, as ilhas não passaram ilesas no Teatro de Operações (TO) do Atlântico, por ocasião das duas grandes guerras. Em 8 de dezembro de 1914, a costa da East Falklands foi palco de um combate naval travado entre uma frota da Marinha Imperial Alemã e a RN, que terminou com uma vitória britânica.⁴³ Em 1942, um batalhão de infantaria a caminho da Índia foi transferido para as Falklands como guarnição em meio a temores de uma tomada japonesa do arquipélago e, ao longo da guerra, as ilhas desempenharam seu papel como base para os navios de guerra da RN.⁴⁴

No período pós-guerra, a RN enfrentou uma das suas piores “batalhas” da história, no qual pelejou politicamente pela manutenção da sua capacidade operacional, pois debatia-se acirradamente quais navios eram essenciais naquele contexto da Guerra Fria. Para o Secretário de Estado da Defesa, John Nott (1932 -), “a Marinha deveria se concentrar na defesa antissoviética e antissubmarina”. Dessa forma, não apenas os porta-aviões deixariam de ser um requisito, mas também os navios anfíbios. ⁴⁵.

Não havia evidências concretas de que, antes da década de 1970, as ameaças argentinas de invasão do arquipélago britânico poderiam se efetivadas, deixando de ser nada além do que retórica política ou jornalística. No entanto, o lado britânico trabalhava com existência de um projeto de plano de recuperação do território argentino no Atlântico Sul,

⁴² LANDABURU, 1989, p. 52.

⁴³ STEVENSON, 2004, p. 106.

⁴⁴ JACKSON, 2006, p. 73.

⁴⁵ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 26. No original: “the navy should concentrate on anti-Soviet and anti-submarine defence.”

desde o final da década de 1960, porém não acreditavam na consumação do seu emprego.⁴⁶

No lado argentino, a luta diplomática em favor do repatriamento das Ilhas perdeu, sem êxito, por um longo período. Como resposta a essa indefinição, no final de 1981, a assunção de um novo governo reascendeu a necessidade de “dar uma satisfação” para o orgulho patriótico do povo argentino, que desconhecia a existência de ideias estruturadas para a recuperação física do território em questão.⁴⁷

Apesar da ignorância popular, um plano já havia sido apresentado em duas oportunidades – 1976 e 1978 – à um comitê militar, porém não fora aprovado.⁴⁸ O novo governo argentino revisou esse plano e, uma Junta Militar, emitiu um plano para ocupação e manutenção das ilhas Malvinas por meio do emprego de operações conjuntas.

Sendo assim, uma ação militar argentina propriamente dita teve como gatilho o evento ocorrido em 19 de março de 1982, quando um grupo de operários argentinos içaram a bandeira da Argentina enquanto trabalhavam em Leith, South Georgia.⁴⁹ Como consequência, houve o adiantamento em 45 dias o início da Operação Rosário, iniciada em 02 de abril de 1982 com a ação de mergulhadores de combate seguida do desembarque anfíbio que contava inicialmente com tropas de Exército, de Operações Especiais e de Fuzileiros Navais. Para os argentinos, o içamento da bandeira naquele 02 de abril de 1982, às 12h30, em frente à Casa do Governo, representava o retorno às Malvinas pela primeira vez desde 1833.⁵⁰

⁴⁶ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 39.

⁴⁷ LANDABURU, 1989, p. 68.

⁴⁸ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 39. O Plano Goa previa um desembarque surpresa nas ilhas e tinha esse nome, em referência à retomada da posse militar da colônia portuguesa de Goa, em 1961, pelo governo indiano. Foi avaliada pelos argentinos como de fácil execução, além de não ter quase sofrido condenações da opinião internacional.

⁴⁹ LANDABURU, 1989, p. 76.

⁵⁰ LANDABURU, 1989, p. 123.

O primeiro evento foi observado atentamente pelo governo britânico que prontamente embarcou vinte e quatro fuzileiros navais no HMS Endurance e demandou Port Stanley em 20 de março de 1982, instruídos para aguardar futuras ordens. Verificou-se a necessidade de revisar os arquivos dos planos de contingência sobre operações no Atlântico Sul, o que gerou um relatório contendo as implicações de defesa de acordo com as diversas opções diplomáticas que uma ação sobre as Falklands poderia criar. Essas opções variavam desde o embarque de um grupo de comando reduzido ao envio de um submarino ou até mesmo uma FT completa para se contrapor à Armada Argentina.⁵¹

Posteriormente, relatórios de inteligência indicaram movimentações da Armada da Argentina, as quais não foram avaliadas pela inteligência britânica como sendo a preparação para uma invasão iminente. Não obstante essa consideração, foi determinado o envio imediato de três submarinos nucleares para o sul, que chegaram em momentos diferentes de acordo com as suas disponibilidades.⁵²

O segundo evento, ou seja, a invasão propriamente dita, motivou o governo britânico a instruir o Contra-Almirante John Foster “Sandy” Woodward (1932-2013) a consolidar seu Grupo Tarefa e dirigir-se para o Atlântico Sul, dando início à Operação *Corporate*.⁵³

⁵¹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 56.

⁵² HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 59 - 60.

⁵³ WOODWARD e ROBINSON, 2012, pg. 73-74.

4 RELAÇÕES DE COMANDO BRITÂNICA NA OPERAÇÃO *CORPORATE*

De acordo com o apresentado na segunda seção depreendemos o quão categórico é o papel das pessoas como parte integrante do sistema de C², cuja existência se justifica pelo serviço prestado a quem o emprega. Dessa forma, é crucial a nomeação das pessoas certas em cada um dos níveis de condução da guerra⁵⁴, com o objetivo de tornar a cadeia de comando a mais simples e unificada possível, quando se trata da posição daqueles que vão orientar as ações de cada força, unidade, subunidade, fração e elemento subordinados.

Nesse contexto, tomaremos emprestado algumas das considerações que três personalidades integrantes da cadeia de comando britânica na Guerra das Falklands transcreveram e publicaram sobre as suas experiências, especialmente, no que diz respeito à composição dessa cadeia de comando e das relações interpessoais. São eles: o Contra-Almirante Sandy Woodward, o Comodoro Michael Clapp (1932-) e o Brigadeiro Julian Thompson (1934-). A seleção desses militares se fez pelas funções de comando desempenhadas durante o conflito, funções estas que lhes conferiram a autoridade e a responsabilidade necessárias à busca e manutenção de uma unidade de comando desejável, dentro do sistema de C² britânico.

A partir dessas considerações, serão analisadas nesta seção as composições da cadeia de comando britânica por ocasião da Guerra das Falklands, nos níveis operacional e tático, e, assim, responder à questão sugerida, que pergunta se a doutrina norte-americana de C², aplicada às OpAnf, encontra compatibilidade com os ensinamentos britânicos obtidos da Operação Corporate.

⁵⁴ REINO UNIDO, 1996, p. 42-43. Níveis da condução da guerra: Grande Estratégia, Estratégico Militar, Operacional e Tático.

Com referência ao que é apresentado na publicação *The Fundamentals of British Maritime Doctrine*, os níveis operacional e o tático são assim definidos (FIG 3):

Operacional: O nível de comando e planejamento para operações militares (nível de guerra) no qual as campanhas e operações principais são planejadas, conduzidas e mantidas para atingir objetivos estratégicos dentro dos teatros ou áreas de operação. A orquestração das atividades militares neste nível é chamada de arte operacional e fornece o elo crucial entre o estabelecimento de objetivos estratégicos militares e o emprego tático de forças. No nível operacional, o planejamento e a execução são geralmente conjuntos e muitas vezes combinados [...] **Tático:** O nível tático da guerra envolve o direcionamento dos recursos militares para atingir os objetivos operacionais. O papel do comandante tático é garantir o uso mais eficaz das unidades sob seu comando ou controle⁵⁵ (REINO UNIDO, 1996, p. 43, tradução e grifos nossos).

4.1 CADEIA DE COMANDO DA FORÇA TAREFA BRITÂNICA E SUAS PERSONALIDADES

A natureza naval da Operação *Corporate* foi determinante para que no comando da FT-317, constituída para reconquistar o arquipélago das Falklands, fosse designado o *Commander-in-Chief Fleet* (CINCFLEET), Almirante Sir John Fieldhouse. A FT-317 teve seu comando fixado no distrito de Northwood, na cidade de Londres, que dista cerca de oito mil milhas náuticas da área do conflito.

O Comodoro Michael Clapp teceu as seguintes considerações a respeito da priorização da RN em detrimento das outras forças singulares no comando da operação:

A Campanha das Falklands deveria ser claramente uma operação combinada com todos as três Forças Armadas contribuindo com o que melhor pudessem. Dentro da campanha haveria uma OpAnf e por causa da geografia das Ilhas nunca foi provável que houvesse uma 'batalha puramente terrestre'. A razão pela qual foi acordado que a execução de uma OpAnf deveria estar em mãos navais torna-se razoavelmente óbvia quando se considera que os navios devem não apenas chegar, mas também descarregar suas preciosas cargas no ponto correto de desembarque com segurança.

⁵⁵ REINO UNIDO, 1996, p. 43. No original: Operational: "The level of command and planning for military operations (level of war) at which campaigns and major operations are planned, conducted and sustained to accomplish strategic objectives within theatres or areas of operation. The orchestration of military activities at this level is termed operational art and provides the crucial link between the setting of military strategic objectives and the tactical employment of forces. At the operational level planning and execution are usually joint and often combined [...] Tactical: The tactical level of warfare involves the direction of military resources to achieve operational objectives. The role of the tactical commander is to ensure the most effective use of units under his command or control."

A proteção para esses estágios só pode ser fornecida pela Marinha ou, se estiver perto de bases em terra, uma força aérea. Para conseguir isso, deve-se assumir que a operação naval está sob bom controle e tem uma esperança razoável de sucesso. Se não for, então obviamente um desembarque é um risco muito grande e deve ser abandonado. **Esta é uma decisão naval**⁵⁶ (CLAPP; SOUTHBY-TAILYOUR, 1996, p. 56, tradução e grifos nossos).

4.1.1 Cadeia de Comando em 02 abril de 1982

De maneira imediata, definiu-se que o núcleo da FT-317 teria que ser formado pela *First Flotilla*, cerca de vinte navios convenientemente posicionados ao largo de Gibraltar em função do exercício naval *Spring Train*, sob o comando do Contra-Almirante Woodward. O Almirante Fieldhouse encontrava-se no exercício a bordo do destróier *Glamorgan* quando foi notificado da sua nova missão, pois a situação no Atlântico Sul estava piorando e o Ministro da Defesa britânico estava considerando uma FT maior do que os submarinos já previamente definidos. Ao receber o sinal de Londres, ele prontamente convocou o Almirante Woodward para a ele se juntar. A partir de então, o planejamento de contingência estava em andamento para o envio da maior frota naval que o RU tinha visto desde a IIGM.⁵⁷

O Almirante Fieldhouse teve grande participação na da definição da organização da FT. Em Northwood, ele manteve parcela considerável da sua força, com o propósito de manter a direção unificada de todas as operações da Força-Tarefa.

⁵⁶ CLAPP; SOUTHBY-TAILYOUR, 1996, p. 56. No original: "The Falklands Campaign was clearly to be a combined operation with all three services contributing what they best could. Within the campaign there would be an amphibious operation and because of the geography of the Islands there was never likely to be a 'purely army battle'. The reason why it was agreed that the execution of an amphibious operation should be in naval hands becomes reasonably obvious when one considers that the ships must not only reach but also off-load their precious cargoes at the correct point of disembarkation safely. Protection for these stages can only be provided by the navy, or, if close to shore bases, an airforce. To achieve this one must assume that the naval operation is under good control and has a reasonable hope of success. If it is not, then obviously a landing is at too great a risk and must be abandoned. This is a naval decision."

⁵⁷ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 61

Analisando a configuração das unidades que demandaram o Atlântico Sul, o *Commander Task Force*, Almirante Fieldhouse, organizou a FT-317 em dois Grupos-Tarefa (GT). O GT-317.8 sob o comando do Contra-Almirante Woodward e composto por todos os navios de superfície, foi dividido em três Unidades Tarefas (UT): a UT-317.8.1, *Carrier Battle Group*, também comandado pelo Contra-Almirante Woodward; a UT-317.8.3, ForTarAnf sob o comando do Comodoro Clapp; e a UT-317.8.4, ForDbq sob o comando do Brigadeiro Thompson. Todos os três comandantes de UT se reportavam diretamente à Northwood, mas a relação entre eles permaneceu um tanto ambígua durante a guerra. Já o GT-324.3, composto por todos os submarinos, ficou sob o comando do *Flag Officer Submarines* (FOSM), Vice-Almirante Peter Herbert (1949 – 1984), sediado em Northwood, junto com o Almirante Fieldhouse⁵⁸ (Organograma 1).

Apesar de figurar como o comandante do GT-317.8, o Contra-Almirante Woodward não exercia o C² sobre todas as Unidades Tarefa subordinadas. Porém, como oficial sênior e controlador dos porta-aviões, vitais para quaisquer outras operações, ele tinha que efetivamente arbitrar entre as diferentes exigências e necessidades de cada uma delas.⁵⁹

Preocupado com essa condição, o Almirante Fieldhouse questionou ao Contra-Almirante Woodward “qual seria sua reação se um Almirante mais graduado, de três estrelas, fosse enviado para assumir o comando geral. Woodward naturalmente respondeu que acataria a decisão de Fieldhouse”⁶⁰. Apesar da sugestão, a decisão tomada foi mantida.

O Brigadeiro Thompson, assim declarou suas impressões sobre este fato:

Faltava um elemento chave nesta cadeia de comando: um comandante de nível operacional de três estrelas (Vice-Almirante) interposto entre Fieldhouse, o CTF em

⁵⁸ CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 61.

⁵⁹ THOMPSON, 1992, p. 46

⁶⁰ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 75. No original: “what his reaction would be if a more senior, three-ring admiral were sent down to take overall command. Woodward naturally answered that he would defer to Fieldhouse’s decision.”

Northwood, e os três comandantes de Grupo-Tarefa encarregados da operação nas Falklands, Woodward, Clapp e eu. Todos nos reportamos diretamente a Northwood, eventualmente a 8.000 milhas de distância. Woodward, que muitas vezes é descrito incorretamente como o CTF, parecia assumir para si mesmo, como oficial mais antigo da Marinha presente, o trabalho de estar no comando geral. Garantiram-nos repetidamente que esse não seria o caso, mas, como mais antigo, ele arbitraria sobre os recursos compartilhados, decidindo onde eles seriam alocados se surgissem divergências. Seu papel foi descrito como 'Primus inter pares', mas deixou o controle e a responsabilidade firmemente com os comandantes dos Grupos-Tarefa. Foi um compromisso desconfortável, deixando muito para as personalidades, exigindo um grau de tolerância e compreensão geral; duas características que muitas vezes são escassas sob estresse. Após as reuniões [...], o contato de Woodward comigo se limitou a um telefonema de dois minutos via satélite no dia anterior aos desembarques e um sinal mordaz na noite do Dia-D. Isso foi bom, já que, segundo ele mesmo, não sabia nada sobre operações anfíbias⁶¹ (THOMPSON, 1992, p. 46, tradução nossa).

Um oficial-general três estrelas na função de CGT-317.8, posicionado junto às peças de manobra, no interior da área de operações, poderia ter comandado e decidido as prioridades do emprego conjunto dos meios do *Carrier Battle Group*, da ForTarAnf e da ForDbq, avaliando pessoalmente o desenvolvimento das ações e reduzindo o atrito entre os comandos envolvidos. Seguindo esse raciocínio, o mais útil de sua função seria a assunção da responsabilidade de falar diretamente com Northwood, deixando os comandantes de unidades preocupados, única e exclusivamente, com suas táticas de emprego.

Podemos considerar que essa situação não contribuiu positivamente para o nível de relação profissional entre os três comandantes de GT, gerando desentendimentos sobre a cadeia de comando no Atlântico Sul, suscitando dúvidas e questionamentos sobre as

⁶¹ THOMPSON, 1992, p. 46. No original: "There was one key player missing from this chain of command: a three - star (Vice Admiral) operational level commander interposed between Fieldhouse, the Task Force Commander at Northwood, and the three group commanders tasked with the Falklands operation, Woodward, Clapp and I. We all reported back directly to Northwood, eventually 8,000 miles away. Woodward, who is often incorrectly described as the Task Force Commander, seemed to take upon himself, as senior naval officer present, the job of being in overall command. We had been repeatedly assured that this was not to be the case but, as the senior, he would arbitrate over shared assets, deciding where they would be allocated if dissension arose. His role was described as 'Primus inter pares', but left control and responsibility firmly with the Task Group Commanders. It was an uncomfortable compromise, leaving much to personalities, requiring a degree of tolerance and understanding all round; two characteristics which are often in short supply under stress. After the meetings [...], Woodward's contact with me was limited to a two-minute satcom telephone call on the day before the landings and an acerbic signal on the evening of D-Day. This was just as well, since by his own admission he knew nothing whatsoever about amphibious operations."

atribuições dos oficiais superiores envolvidos, além de criar dificuldades desnecessárias, conforme declarado pelo Comodoro Clapp:

As relações com os comandantes dos Grupos Tarefa são sempre difíceis, pois cada um tem diferentes prioridades, necessidades e problemas. (O mau tempo de um comandante é o bom de outro e assim por diante). No que dizia respeito às minhas relações, eu estava determinado em manter os argentinos como meus inimigos e de forma alguma eu iria entrar em qualquer conflito com Julian ou Sandy, e certamente não com meu CTF. Por causa da exigência de estarmos no mesmo nível tático e com paridade de antiguidade, as relações com Julian eram, e eu ainda considero, muito boa. O relacionamento com Sandy, que era mais antigo e operava a uma distância considerável de mim, era obrigado a ser mais difícil, principalmente porque o sistema de satélite de voz seguro era irritantemente falho⁶² (CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 157, tradução nossa).

Como o Comodoro Clapp e o Brigadeiro Thompson vislumbravam a nomeação de um Almirante de três estrelas, teriam aprovado caso a função fosse preenchida pelo Contra-Almirante Derek Reffell, que na época era o *Flag Officer Flotilla 3* (FOF-3) e normalmente responsável pelos porta-aviões e navios anfíbios da RN, o que lhe aportava uma maior experiência em operações de superfície e anfíbias.⁶³ Por outro lado, o Contra-Almirante Woodward era o *Flag Officer Flotilla 1* (FOF-1), responsável por aproximadamente metade da força de fragatas e destróieres da RN.⁶⁴

A ausência do Contra-Almirante Derek Reffell, apesar de ser responsável pelos principais meios essenciais à execução de uma OpAnf, foi comentada pelo Comodoro Michael Clapp:

O que foi surpreendente foi que Derek Reffell, a autoridade anfíbia da esquadra, parecia não estar envolvido nem mesmo neste estágio inicial de planejamento, que era suposto pela doutrina ser liderado pelo Comandante da ForTarAnf – eu [...] Foi o

⁶² CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 157. No original: “Relations with one’s co-Task Group Commanders are always difficult as each has different priorities, needs and problems. (One Commander’s bad weather is another’s good and so on) As far as my relations were concerned I was determined to keep the Argentinians as my enemy and that on no account was I going to get into any battle with Julian or Sandy, and certainly not with my Task Force Commander. Because of the requirement to be co-located and of co-equal rank, relationships with Julian were, I still consider, very good. Relationships with Sandy who was both senior and operating at a considerable distance from me were bound to be more difficult, particularly since the secure voice satellite system (DSSS) was so infuriatingly erratic.”

⁶³ THOMPSON, 1992, p. 47.

⁶⁴ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 75.

primeiro sinal, no entanto, de que o C² não seguiu os procedimentos padrões⁶⁵ (CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p.64, tradução nossa).

Para alguns, a seleção de Contra-Almirante Woodward para o posto de comandante do GT-317.8, acumulando com a UT-317.8.1, deu-se em virtude do corporativismo da "máfia" submarinista⁶⁶, visto que a cadeia de comando britânica ainda contava com a participação de mais dois submarinistas: o Almirante Fieldhouse e o Almirante Peter Herbert. Essa predominância de submarinistas levanta a questão se a relação entre a equipe de comando e a de a operação foi assimétrica, pois o conflito das Falklands exigiu, mais do que qualquer outra coisa, uma experiência operações de porta-aviões com aviação embarcada e assalto anfíbio. Mesmo assim, a RN a selecionou submarinistas para algumas funções **chave**.

Commented [BS2]: Pessoas certas nos lugares certos. Não criou unidade de comando

Personagem deste enredo, o Contra-Almirante Woodward dedicou o prefácio da sua obra, *One Hundred Days*, para abordar, com ênfase, o seu ponto de vista sobre a possível "controversa" existente na cadeia de comando da FT-317, relatada com detalhes pelos seus companheiros comandantes de GT, em suas respectivas obras. Utilizando-se de argumentos técnicos e práticos, explica a incoerência na interpretação por parte de seus compatriotas do que ele chama de "co-igualdade", com relação à antiguidade funcional existente em virtude das posições ocupadas por cada um deles no organograma da força.

Destacamos o interessante ponto de vista do Contra-Almirante Woodward sobre aquilo que ele dizia ser a "raiz" dos problemas do Comodoro Clapp e do Brigadeiro Thompson:

Suas crenças na 'co-igualdade' no nível do comandante do GT parecem estar na raiz de seus problemas: como eles perceberam, meu comportamento em relação a eles era muito parecido com o de um oficial mais antigo para seus gostos. Mas quanto mais me aprofundo na questão, mais claro fica que qualquer conceito de 'co-

⁶⁵ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p.64. No original: "What was surprising was that Derek Reffell, the Fleet Amphibious Authority, appeared not to be involved even in this early planning stage which was supposed by doctrine to be led by the Amphibious Task Force Commander – me [...] It was the first sign, however, that command and control might not follow standard procedures."

⁶⁶ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p.47.

igualdade' sempre foi questionável. Além disso, também é claro que todos concordamos com os fundamentos desta questão: era necessário que alguém estivesse 'no comando' no Atlântico Sul.

No nível de argumentação mais simples possível e completamente separado da situação que enfrentamos nas Falklands, eu era um oficial de duas estrelas e ambos eram oficiais de uma estrela. Normalmente seguir-se-ia que, salvo instruções específicas em contrário da autoridade superior, a 'co-igualdade' não existia⁶⁷ (WOODWARD e ROBINSON, 2012, pg. xxvi, tradução nossa).

4.1.2 Cadeia de Comando em 09 abril de 1982

Outro ator fundamental desse cenário, o Almirante Fieldhouse, mentor da distribuição das funções da FT-317, estava determinado a garantir que boa parcela da estrutura de C² da FT-317 fosse mantida em Londres, apesar das distâncias envolvidas. A força submarina estava literalmente sob o seu comando, posicionada em Northwood, mas buscava-se manter o Contra-Almirante Woodward em contato próximo com todas as decisões de movimento relativas aos submarinos de propulsão nuclear.⁶⁸

Entre outras definições, assegurou com ele as decisões vitais sobre quando e onde a ForDbq desembarcaria.⁶⁹ Provavelmente sua motivação estava relacionada à crença de que Northwood era o lugar que poderia efetivamente controlar os elementos geograficamente dispersos da FT “particularmente dada as limitações de instalações de comando nos navios e as dificuldades de comunicação no Atlântico Sul”⁷⁰.

⁶⁷ WOODWARD e ROBINSON, 2012, pg. xxvi. No original: “Their belief in 'co-equality' at the CTG level appears to lie at the root of their problems: as they perceived it, my behavior towards them was too much like that of a senior officer for their tastes. But the closer I have looked into the question, the clearer it becomes that any concept of 'co-equality' was always questionable. Furthermore, it is also clear that we are all agreed on the fundamentals of this matter: someone was required to be 'in charge' in the South Atlantic. At the simplest possible level of argument and completely separate from the situation we faced in the Falklands, I was a two-star officer and they were both one-star officers. It would normally follow that, barring specific instructions to the contrary from higher authority, 'co-equality' did not exist.”

⁶⁸ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 119.

⁶⁹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 101.

⁷⁰ Prince, 2002, p. 340; No original: “particularly given the limited “flag” facilities on the ships and the difficulties of communication in the South Atlantic.”

Porém, esta configuração aliada aos perfis dos que foram selecionados para uma posição de comando, gerou uma avaliação não muito positiva:

Ao longo da campanha, se houve fraquezas britânicas importantes, elas foram na área de C², de comunicação e compreensão entre os elementos díspares da tarefa força no mar e em terra. Apesar de todas as maravilhas da tecnologia moderna, houve lapsos notáveis de ligação. A confiança entre as forças, tanto no RU, quanto no Atlântico Sul, tornou-se realmente muito tensa. Informações importantes na posse dos Chefes de Estado-Maior em Londres nunca chegaram a Thompson no Atlântico Sul⁷¹ (HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 174. tradução nossa).

O sistema de comunicação mostrou-se falho e houve vários momentos críticos durante o desenvolvimento das operações em terra em que o CLF, o CATF ou CTF não puderam se comunicar efetivamente. Essas falhas de comunicação exacerbaram a falta de um Comandante do Teatro de Operações (ComTO), levando a mal-entendidos e orientações conflitantes em relação às ações táticas e ao objetivo final da campanha.⁷²

Commented [BS3]: Conclusão da nota anterior

Do seu quartel-general em Northwood, o Almirante Fieldhouse emitiu, em 09 de abril, uma nova diretiva contendo a atualização da cadeia de comando da força. Significativas alterações posicionaram o Contra-Almirante Woodward, o Comodoro Clapp e o Brigadeiro Thompson, no mesmo nível, como comandantes de GT, com o *Carrier Battle Group* (CTG-317.8) passando a dispor de todos os porta-aviões e navios do *Spring Train*, deixando a ForTarAnf (CTG-317.0) com todos os navios anfíbios que estivessem disponíveis no momento ou que fossem incorporados no decorrer da guerra. A ForDbq (CTG-317.1) permaneceu a mesma, tendo apenas sido elevada ao status de GT.⁷³ (Organograma 2)

⁷¹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 174. No Original: "Throughout the campaign, if there were important British weaknesses, they were in the area of command and control, of communication and understanding between the disparate elements of the task force at sea and ashore. For all the marvels of modern technology there were remarkable lapses of liaison. Inter-service confidence, both in Britain and the South Atlantic, became very strained indeed. Important intelligence in the possession of the Chiefs of Staff in London never reached Thompson in the South Atlantic."

⁷² THOMPSON, 2005, cap. 8, p. 91.

⁷³ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 81-82.

Essa nova configuração foi motivada pelo planejamento da Operação *Paraquet*⁷⁴ a ser realizada em South Georgia, corroborando para a criação do GT-317.9. Para o seu comando foi designado o Capitão de Mar e Guerra Brian Young (1930-2009). Sua formação levou em conta as diferenças operacionais entre os grupos, bem como problemas geográficos. Diferentemente das instruções por ocasião da divulgação da primeira cadeia de comando, com vistas a clarificar futuras divergências, Northwood esclareceu formalmente que o CTG 317.8, Contra Almirante Sandy Woodward, seria o mais antigo dentre os comandantes de GT, com o simples objetivo de coordenar, quando necessário, as demandas dos GT, mas não para comandar suas ações.⁷⁵

4.1.3 Cadeia de Comando em 12 maio de 1982

Toda essa questão envolvendo o comando e antiguidade dos militares das forças britânicas no Atlântico Sul, que se refere à necessidade ou não de uma autoridade “suprema” presente na área do objetivo, com a responsabilidade de estabelecer a ligação das peças de manobra com o quartel-general em Northwood, ainda causava desconforto ao Contra-Almirante Woodward:

Se o comandante geral no sul deveria ter sido eu ou um oficial de três estrelas nomeado acima de mim, em meu lugar ou mesmo no lugar do *Commodore Amphibious Warfare* (COMAW), permanece uma questão em aberto. O fato é que nenhuma dessas três estrelas foi nomeada. O que está claro é que alguém – provavelmente o *Battle Group Commander* – deveria ter sido nomeado formal e claramente pelo Comandante-em-Chefe como Comandante dos GT combinados do Atlântico Sul, pelo menos até a chegada do Comandante da Força Terrestre de duas estrelas⁷⁶ (WOODWARD e ROBINSON, 2012, p. xxvi., tradução nossa).

⁷⁴ Operação *Paraquet* Operação para recuperar a Georgia do Sul.

⁷⁵ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 82.

⁷⁶ WOODWARD e ROBINSON, 2012, p. xxvi. No original: “Whether the overall commander down south should have been me or a three-star officer appointed over me, in my place or even in place of COMAW, remains an open question. The fact remains that no such three - star was appointed. What is clear is that someone - probably the Battle Group Commander - should have been nominated formally and clearly by the CinC as the

E a insatisfação do Comodoro Thompson se perpetuava, apesar das alterações impostadas por Northwood, as quais o posicionava no mesmo nível de que o Contra-Almirante Woodward:

Assim, com efeito, Woodward deveria ser '*primus inter pares*' no local, mas com todos nós tendo igual acesso à Northwood. Isto parecia um pouco estranho para nós, pois é óbvio que o Oficial mais antigo tem essa tarefa, mas foi, pelo menos, claro. Tanto Julian quanto eu sentimos que faríamos o nosso melhor para fazer qualquer organização por tarefas funcionar, e notamos com leve decepção que obviamente fomos considerados muito modernos para fazer comentários ou observações sobre isto⁷⁷ (CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 82, tradução nossa).

Na tentativa de clarear o entendimento desta situação, o Comodoro Clapp aproveitou a oportunidade da presença do Almirante Fieldhouse, em Assunção, e pediu esclarecimento sobre a estrutura de comando, por ele definida. O mesmo confirmou que a ForTarAnf não estaria operando sob a subordinação do Contra-Almirante Woodward, e, além disso, seria formado um GT específico para o C² das operações na fase anfíbia.⁷⁸ Ademais, afirmou que os três comandantes de GT planejarão suas respectivas ações: o *Carrier Battle Group* ficaria responsável pelas zonas de exclusão marítima e aérea e apoio de quaisquer desembarques, e a ForTarAnf e ForDbq planejarão as OpAnf em todas as suas fases.⁷⁹

Apesar da divisão de responsabilidades estar bem definida, naturalmente, o Comandante da ForTarAnf (ComForTarAnf) e o Comandante da ForDbq (ComForDbq) tinham consciência de que nenhuma decisão poderia ser tomada isoladamente, visto que os navios e aeronaves do *Carrier Battle Group* eram fatores significativos para qualquer linha de ação.

Commander Combined Task Groups South Atlantic, at least until the two - star Land Force Commander arrived.”

⁷⁷ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 82. No original: “Thus, in effect, Woodward was to be ‘*primus inter pares*’ on the spot but with us all having equal access to Northwood. This seemed a little strange to us since it is obvious that the Senior Officer would have such a task but it was, at least, clear. Both Julian and I felt that we would do our best to make any task organization work and we noted with mild disappointment that we were obviously considered too junior to make comments or observations on it.”

⁷⁸ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 98.

⁷⁹ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 102.

Diferentemente da relação tensa com o Contra-Almirante Woodward, o Comodoro Clapp tinha um bom relacionamento com o Brigadeiro Thompson. A condição de estarem embarcados juntos no HMS Fearless facilitou a comunicação entre as forças, contribuindo para uma melhor coordenação dos ajustes necessários para o prosseguimento da operação, conforme relatado pelo Brigadeiro Thompson:

Somente em Fearless, e em nenhum outro lugar, as informações, conhecimentos e tomadores de decisão necessários estavam reunidos em um só lugar: o Comodoro Clapp e eu, e nossas equipes [...] Também foi uma sorte que Clapp e eu nos demos tão bem. Na companhia um do outro quase constantemente e envolvidos em longas discussões até tarde da noite, havia muito espaço para brigas e recriminações, mas a harmonia estava na ordem do dia. Enquanto o Estado-Maior planejava, o treinamento prosseguia, tanto em terra como a bordo⁸⁰(THOMPSON, 1992, p. 59, tradução nossa).

A situação mudou a partir do desembarque dos meios, quando o Estado-Maior da ForDbq, segundo uma visão do ComForDbq, passou a seguir uma vertente de que não haveria mais necessidade de participar à ForTarAnf sua ideia de manobra, tomando uma linha de ação egocêntrica em vez de agir com unidade de esforço, segundo a doutrina de uma operação conjunta. Isso evidenciou uma deficiência na cadeia de comando, na qual seus componentes mostravam estar carentes de orientações claras, essenciais para o entendimento das ordens e, por consequência, para o cumprimento da missão.⁸¹

No decorrer da operação, verificou-se a real necessidade de mais tropas britânicas no terreno, fruto de estudos de inteligência, os quais estimaram que o efetivo argentino na ilha era mais de 10.000 homens. Dessa forma, o Brigadeiro Julian Thompson deveria ser

⁸⁰ THOMPSON, 1992, p. 16. No original: "Only in Fearless, and nowhere else, were the necessary information, expertise, and decision - makers gathered in one place: Commodore Clapp and I, and our staffs [...] It was also fortunate that Clapp and I got on so well. In each other's company almost constantly and involved in long discussions until late each night, there was plenty of scope for bickering and recrimination, but harmony was the order of the day. While the Staffs planned, training went on, both ashore and on board."

⁸¹ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 208-209.

reforçado por uma outra unidade. Para tal, foi selecionada a 5ª Brigada de Infantaria, que teve que se preparar para ficar em condições de embarcar e dirigir-se para o sul.⁸²

Essa nova configuração exigia que o Major-General Jeremy Moore⁸³ (1928-2007) se deslocasse de Northwood para a TO, de forma a assumir o comando de toda a divisão das forças terrestres britânicas⁸⁴. A necessidade de sua presença não foi resolvida de imediato, visto que, conforme definiu em sua diretriz enviada para o Brigadeiro Thompson, permaneceu em Northwood por mais tempo:

Você manterá o controle operacional de todas as forças desembarcadas nas Falklands até que eu estabeleça meu posto de comando na área. É minha intenção fazer isso, a bordo do Fearless, o mais cedo possível após o pouso. Espero que isso seja aproximadamente em D+7. É então minha intenção desembarcar a 5ª Brigada de Infantaria na cabeça de praia e desenvolver operações para a completa reintegração de posse das Ilhas Falklands.⁸⁵ (THOMPSON, 1992, p.123, tradução e grifo nosso).

Em 12 de maio o navio *Queen Elizabeth II* desatracou com a 5ª Brigada de Infantaria e o Major General Jeremy Moore embarcados. Designado como *Commander Land Forces Falklands Islands* (CLFFI), o Major General Moore iniciou sua travessia com uma nova Ordem de Operação emitida pelo CTF, contendo seu novo objetivo bem definido, que era “retomar as Ilhas Falklands o mais rápido possível”⁸⁶.

No mesmo dia, o CLFFI encaminhou para o Brigadeiro Thompson uma diretiva, com a nova configuração da cadeia de comando britânica no Atlântico Sul. (Organograma 3)

A partir desse momento a cadeia de comando passou a descrever Major General Jeremy Moore como CTG 317.1, posição anteriormente ocupada pelo Brigadeiro Julian

⁸² HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 140.

⁸³ Subcomandante e assessor de operações terrestres do Estado Maior do Almirante Fieldhouse em Northwood. Antes da guerra, era o comandante imediato do Brigadeiro Julian Thompson. Ambos Fuzileiros Navais.

⁸⁴ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 140.

⁸⁵ THOMPSON, 1992, p. 123. No original: “You will retain operational control of all forces landed in the Falklands until I establish my Headquarters in the area. It is my intention to do this, aboard Fearless, as early as practicable after the landing. I expect this to be approximately on D+7. It is then my intention to land 5 Infantry Brigade into the beachhead and to develop operations for the complete repossession of the Falkland Islands.”

⁸⁶ CLAPP e SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 138. No original: “repossess the Falkland Islands as quickly as possible.”

Thompson, que foi demovido para comandante da UT-317.1.1, enquanto que o Brigadeiro Tony Wilson (1935-) assumiu a função de comandante da UT-317.1.2. O Contra-Almirante Woodward e o Comodoro Clapp permaneceram, respectivamente, como comandantes do GT-317.8 e do GT-317.0. O Major General Jeremy Moore ficou no mesmo nível que esses dois últimos, o que suscitava uma necessidade de coordenação das ações entre eles.

A figura do Major General Moore era prestigiada, e sua chegada foi aguardada não só pelos três comandantes de componentes destacados neste capítulo, mas também pelo Estado-Maior da FT-317:

[...] Moore ganhou muito respeito entre o alto comando e o gabinete da crise em Northwood. Quando as dificuldades começaram a se desenvolver no Atlântico Sul e as relações entre o Almirante Woodward e o Brigadeiro Thompson foram claramente menos do que amistosas, os Chefes de Estado-Maior estavam ansiosos para colocar Moore em cena o mais rápido possível. Oficiais superiores em Northwood afirmaram mais tarde que, uma vez que ele chegou a San Carlos, as dificuldades pareciam desaparecer, e o caminho das relações de comando parecia se tornar muito mais direto⁸⁷ (HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 199, tradução nossa).

Esta ansiedade gerada pelo aguardo de sua chegada no Área de Operações se intensificou ainda mais por conta de uma falha no sistema de comunicações do Queen Elizabeth II, deixando o Major-General Moore incomunicável por 10 dias, às vésperas de um evento crucial, a Batalha de Goose Green, a primeira e a mais longa da guerra. Tal situação levou a mal-entendidos e instruções conflitantes, visto que o contato ficou perdido tanto com Northwood quanto com os comandantes táticos no TO. Ainda assim, o lado britânico saiu vitorioso neste primeiro confronto.⁸⁸

⁸⁷HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 199. No original: “[...] Moore gained much respect among the high command and the war cabinet at home. When difficulties began to develop in the South Atlantic and relations between Admiral Woodward and Brigadier Thompson were clearly less than smooth, the chiefs of staff were eager to get Moore on to the scene as rapidly as possible. Senior officers at home asserted later that, once he arrived at San Carlos, difficulties seemed to slip away, and the path of command relations appeared to become far more straightforward.

⁸⁸ CLAPP; SOUTHBY-TAILYOUR, 1996, p. 208.

O Major General Jeremy Moore figurou como um ComTO com autoridade e entendimento que lhes proporcionaram melhores condições para controlar e coordenar as atividades dos diferentes elementos. Apesar disso, sua presença não foi suficiente para eliminar, ou até mesmo mitigar as dificuldades de C² em níveis consideráveis.

O fato mais grave que exemplifica tal situação, foi o desempenho da UT 317.1.2, que por meio de suas ações mal concebidas e unilaterais demonstrou não possuir um entendimento básico da dinâmica de uma força conjunta e das operações anfíbias. O Brigadeiro Tony Wilson não aderiu à cadeia de comando apropriada, deixando de manter o Brigadeiro Thompson e o Major General Moore devidamente informados de suas ações. Dessa forma, contribuiu substancialmente para a perda de 51 vidas em um ataque aéreo argentino a dois navios de desembarque, *Galahad* e *Tristram*, em Fitzroy, no dia 8 de junho.⁸⁹

4.2 ENSINAMENTOS OBTIDOS

Commented [B54]: MELHORAR ESSE NOME

O comando operacional das forças britânicas foi dado ao CINCFLEET Almirante John Fieldhouse, que estabeleceu um comando conjunto em Northwood, sem posicionar um ComTO. Nessa configuração o Almirante John Fieldhouse se encontrava muito distante fisicamente não só dos comandantes do grupo de tarefas, mas também das realidades da situação no Atlântico Sul. O contato rádio até podia ser efetuado, todavia, estava consideravelmente à margem dos eventos no TO, dificultando a sua avaliação da condução da guerra.

Da mesma forma, a indefinição que existia em relação à autoridade relativa entre os três comandantes dos GT se apresentou como um problema. Aparentemente, o quartel

⁸⁹ HASTINGS e JENKINS, 2010, p. 194-206.

general em Northwood acreditava que o Vice-Almirante Sandy Woodward, o Comodoro Michael Clapp, e o Brigadeiro Julian Thompson eram comandantes táticos cujos papéis poderiam ser conduzidos logicamente pelas fases da campanha, sem muito atrito. O Vice-Almirante Woodward agiu como se fosse o mais antigo, o que se deu como um reflexo natural de sua antiguidade e de seu controle dos principais recursos essenciais para o prosseguimento da operação, principalmente, os dois porta-aviões.

Apesar de essa situação poder refletir algo que também era desejável pelo CINCFLEET, sua opinião não ficou clara o suficiente, pois a comunicação feita ao Comodoro Clapp e ao Brigadeiro Thompson, no primeiro momento, os informou que os três eram equivalentes, o que sempre deixou espaço para confusão.

A chegada do Major General Jeremy Moore resolveu parcialmente esta questão visto que, ao assumir o controle das operações em terra, tendo como seus subordinados o Brigadeiro Thompson e o Brigadeiro Tony Wilson, levou consigo o papel de autoridade mais antiga presente no TO, porém no mesmo nível tático que o Vice-Almirante Woodward e o Comodoro Clapp, o que não os aliviaria do ônus de ter que lidar com a interferência de Northwood para decisões que exigissem mais do que apenas coordenação de suas ações.

Ademais, a sua presença não foi suficiente para eliminar as deficiências de comunicação entre os componentes da força conjunta, que requer daquele que comanda a operação, neste caso o Major General Moore, uma figura que represente a unidade de comando necessária para coordenar as ações de todos os componentes, convergindo-as para atingir a unidade de esforço essencial na busca do objetivo comum.

Em função dessas divergências, uma solução prática seria a definição de um comandante operacional com todas as peças de manobra diretamente a ele subordinadas, o que o colocaria em posição de ter uma visão de cima para baixo sem estar assoberbado com

questões táticas urgentes que certamente atribuíam outros comandantes. Cada um deles enfrentaram diferentes problemas e dilemas que, na análise individual, eram de importância primordial.

“O sistema de comando provou ter sido menos do que perfeito a causou uma alteração no sistema atual através da introdução formal de um [...] Comandante Operacional Conjunto”.⁹⁰ Assim, descreveu a revisão de 1996 da publicação *The Fundamentals of British Maritime Doctrine*, demonstrando a atualização da doutrina por meio da inserção da lição aprendida extraída da experiência do sistema de C² durante a Guerra das Falklands.

Uma outra relação específica que careceu de melhores instruções para coordenação diz respeito ao dueto ComForTarAnf e ComForDbq, figuras chaves em todas as fases da OpAnf, cujo sincronismo das ações exige a definição prévia do vínculo de força apoiada e força apoiadora, em função da ação a ser desenvolvida, além do seu entendimento pelas partes.

Representados, respectivamente, pelo Comodoro Michael Clapp e pelo Brigadeiro Julian Thompson, passaram de um relacionamento profissional profícuo, enquanto permaneceram juntos embarcados, para uma descoordenação das ações após o desembarque da LF, quando este, começou a decidir de maneira independente, ignorando o caráter conjunto da operação. Esse descompasso poderia ter sido evitado com a melhor definição do relacionamento funcional desses dois componentes.

O que fizemos neste capítulo foi apresentar as três estruturas de cadeia de comando, pelas quais a FT-317 foi configurada para se adaptar as possibilidades de emprego de pessoal e meios disponíveis apresentados para uma situação “inesperada”, e, por

⁹⁰ REINO UNIDO, 1996, p. 190. No original: “The command system proved to be less than perfect and caused a change to the current system, through the formal introduction of the [...] Joint Force Commander.”

consequência, minimizar as dificuldades que o C² britânico enfrentou em todas as fases da Operação *Corporate*, tomando por base as impressões pessoais de alguns personagens constantes dos organogramas das cadeias de comando britânica, o que nos brindou com passagens que demonstraram a idiossincrasia do comportamento humano, que, como visto anteriormente, tem papel fundamental no sistema de C².

Mediante a análise dos fatos explicitados, verificamos que o sistema de C² britânico mostrou-se ineficiente frente aos desafios que se apresentaram à FT-317 no decorrer da guerra, a despeito do resultado favorável.

A inexorável demanda pela figura de um JFC, perdurou desde os momentos iniciais do conflito, exibindo, talvez, a maior fragilidade da estrutura da cadeia de comando da Força. Sua ausência fez sentir-se em diversos momentos, em especial, naqueles em que vidas humanas foram perdidas, em virtude de não haver uma unidade de comando definida que congregasse as ações do todo, convergindo seus esforços para o cumprimento da missão.

Complementarmente, no caso específico da execução de uma OpAnf, destacamos também ter sido insuficiente a coordenação entre a ATF e a LF.

Conforme expresso na segunda seção, a doutrina norte-americana exhibe como um os seus princípios fundamentais de C² a necessidade de definição clara das autoridades, papéis e relacionamentos. No contexto de uma força conjunta, designa o JFC como a função essencial para o fortalecimento da unidade de comando, além de, mais especificamente, ao tratar sobre OpAnf, descreve a condição de apoio recíproco intrínseca do relacionamento entre o ComForTarAnf e o ComForDbq. Isso nos permite concluir que a doutrina norte-americana de C², aplicada às OpAnf, encontra compatibilidade com os ensinamentos britânicos obtidos da Operação *Corporate*

Passaremos na seção de texto seguinte a apresentar as conclusões do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito militar envolvendo as forças da Argentina e do RU em uma disputa pela posse do arquipélago das Falklands, registrou um enorme esforço de guerra britânico para a montagem da Força-Tarefa Atlântico Sul, com vistas à transposição dos desafios, começando pelos quase oito mil milhas de distância a percorrer. Diante desse contexto, o propósito do presente trabalho foi analisar as relações de comando do sistema de C² da FT-317, com ênfase nos níveis operacional e tático de condução da guerra, por ocasião da reconquista britânica das Ilhas Falklands, em 1982.

Para atingir o propósito do trabalho, foi empregada a metodologia do confronto entre a teoria e a realidade, por meio de uma verificação documental e bibliográfica e da aplicação da doutrina norte-americana de C² em substituição a uma teoria.

Desse modo, a divisão do trabalho foi contemplada com uma seção de introdução e três seções de desenvolvimento, além desta de considerações finais.

Na segunda seção deste trabalho, as diversas publicações analisadas do USMC, da USN e do Joint Chiefs of Staff norte-americano, nos permitiram avaliar a constituição do sistema de C² e o seu exercício que, baseado em um processo retroalimentado de informações e de constantes interações entre aqueles que estão “no controle” com os que estão “sob controle”, visa preservar a integridade da força que ele opera e destruir ou, ao menos, desestabilizar a da força oponente.

O emprego da doutrina norte-americana de C² justifica-se pela sua relevante influência demonstrada na formulação e atualização da doutrina da MB e do CFN.

A OpAnf foi apresentada como um exemplo clássico de operação conjunta, na qual uma força conjunta é composta, dentre os diversos atores possíveis, da ATF e da LF, cujos

comandantes operam sob um regime de unidade “apoiadora” e unidade “apoiada”. Esse regime exige uma confiança recíproca, por conta da estreita relação de responsabilidade compartilhada e de dependência mútua entre as partes.

Na terceira seção, apresentamos um cenário histórico que sustenta a narrativa das experiências vividas sobre algumas versões do descobrimento do arquipélago, bem como as primeiras ocupações das ilhas. Posteriormente, a contestação da sua posse orbitou em negociações diplomáticas, no primeiro momento, entre Espanha e RU, e, a partir da decadência do Império espanhol, entrou em cena as Províncias Unidas do Rio da Prata, precursora da atual Argentina. Nessa disputa, prevaleceu a determinação britânica.

Foi verificado que o posicionamento das ilhas é um fator que lhe confere destaque em relação às LCM da região. Porém, teve seu prestígio reduzido a partir do início da operação do Canal do Panamá. Não obstante a esta nova condição, o desejo argentino de repatriamento das ilhas permaneceu vivo, o qual, motivado por um orgulho patriótico, enveredou por uma campanha de retomada do controle das ilhas, culminando com a Guerra das Falklands.

Na quarta seção, baseado no papel indispensável das pessoas inseridas no sistema de C², foram apresentados três dos principais atores que tomaram parte da FT-317, na reconquista das Falklands: o Contra-Almirante Sandy Woodward, comandante do Carrier/Battle Group; o Comodoro Michael Clapp, Comandante da ForTarAnf; e o Brigadeiro Julian Thompson, comandante da ForDbq. Fundamentais para a sequência deste trabalho, foram tomadas emprestadas algumas das suas considerações publicadas em suas respectivas obras textuais, para analisar a estrutura da cadeia de comando britânica e suas modificações ao longo do conflito, tendo sido enfatizado os níveis operacional e tático.

Vimos que a partir da sinalização recebida pelo Almirante Fieldhouse, a respeito do seu comando da Força Tarefa Atlântico Sul, prontamente iniciou a sua configuração,

utilizando-se das instalações de comando em Northwood para fixar sua base, cuja distância da área das batalhas, apresentava ser o primeiro e, talvez, o mais difícil dos desafios enfrentados pela FT-317 em sua trajetória até a sua glória final.

A força britânica teve a configuração inicial da cadeia de comando criticada pela ausência de um comandante de nível operacional. Desta forma o Almirante Woodward, que acumulou o comando de um GT e de uma UT, e outros dois, Comodoro Michael Clapp e o Brigadeiro Julian Thompson, se reportavam diretamente à distante Northwood. De maneira não oficial, o Contra-Almirante Woodward assumiu para si a tarefa de avaliar e decidir as prioridades de emprego dos meios em apoio a cada um dos Grupos-Tarefa.

A cadeia de comando sofreu duas modificações decorrentes de necessidades da operação. Na primeira alteração, justificada pela realização da Operação *Paraquet*, foi inserido um novo Grupo-Tarefa que correspondeu ao esforço principal desta operação. Ademais, diferentemente da primeira versão da cadeia de comando, Northwood esclareceu formalmente que o Contra Almirante Sandy Woodward, seria o mais antigo dentre os comandantes de GT, com o simples objetivo de coordenar, quando necessário, as demandas dos GT, mas não para comandar suas ações.

Já a segunda, alterou consideravelmente a estrutura da cadeia de comando, pois a necessidade de mais elementos de tropa terrestre britânica para se contrapor ao efetivo argentino, fez com que o Major Brigadeiro Jeremy Moore trasladasse de Londres para as Falklands, trazendo consigo, além da 5ª Brigada do Exército Britânico, a antiguidade necessária para comandar as operações em terra e figurar oficialmente como o mais antigo dentre os oficiais na área de operações, mesmo estando em condição semelhante que eles, de comandante de GT. Com isso, ainda perdurava a necessidade de coordenação lateral das ações entre eles, sem a figura de um ComTO.

A análise indicou que a presença do Major General Moore não foi suficiente para eliminar, ou até mesmo reduzir as dificuldades do sistema de C² britânico que perduraram. Exemplo disso foi demonstrado na relação deficiente em coordenação entre o ComForTarAnf e o ComForDbq após o desembarque deste último. Uma questão bem definida pela doutrina norte-americana, que apresenta sugestões de alternância na condição de apoio entre as forças, em função do tipo de operação que esteja sendo considerada. Além disso, houve consequências mais graves, como as mortes no incidente em Fitzroy.

Diante dos fatos, destacamos que o emprego coerente de uma força conjunta em ações sincronizadas para consecução desse objetivo, requer a figura de uma autoridade que comande e controle os componentes dessa força buscando a coordenação e a cooperação de suas ações descentralizadas, a fim de convergir para uma unidade de esforço essencial a tal propósito. Nesse sentido, a pesquisa indicou que o regime demanda a designação de um de um ComTO, ou seja, um JFC para atuar como esta autoridade geral, bem conforme previsto na (JP) 3-02 *Amphibious Operations*.

Portanto, em resposta à pergunta de pesquisa, o presente trabalho nos permitiu concluir que a doutrina norte-americana de C², aplicada às OpAnf, encontra compatibilidade com os ensinamentos britânicos obtidos por ocasião da Operação *Corporate*, a partir da análise das deficiências do sistema de C² britânico.

Por fim, cabe a reflexão de que um sistema de C², quando bem empregado, potencializa as capacidades de uma Força. Ao contrário, quando mal conduzido, é um convite ao desastre, mesmo diante de um inimigo mais fraco.

REFERÊNCIAS

COSTA, Carlos Augusto. **Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti**. Serviço de Documentação da Marinha, 2005. 95p.

CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, Ewem. **Amphibious Assault Falklands: The Battle of San Carlos Water**. Pen & Sword Military, 2012, 300p.

EUA, Department of The Navy , Naval Doctrine Publication (NDP) 6 - **Naval Command and Control**, Washington, DC: Office of the Chief of Naval Operations and Headquarters United States Marine Corps, 1995.

_____. Marine Corps Doctrine Publication (MCDP) 6 - **Command and Control**, Washington, DC: Headquarters United States Marine Corps, 2018.

EUA, Office of the Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Joint Publication (JP) 1, **Doctrine for the Armed Forces of the United States**. Suffolk, VA: Joint Staff, J-7, 2017.

_____. DOD - **Dictionary of Military and Associated Terms**, Washington DC: The Joint Staff, 2021a.

_____. Joint Publication (JP) 3-02, **Amphibious Operations**. Joint Staff: J-3, 2021b.

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **The battle for the Falklands**. Pan Macmillan, 2010. 384p.

JACKSON, Ashley. **The British Empire and the Second World War**. A&C Black, 2006. 624p.

LANDABURU, Carlos Augusto. **La guerra de las Malvinas**. No. 739. Círculo Militar, 1989. 642p.

PRINCE, Stephen. **British command and control in the Falklands Campaign**. Defense & Security Analysis, 2002: 333-349.

REINO UNIDO, Ministry of Defence. **The Fundamentals of British Defence Doctrine**, London: MOD, 1996.

STEVENSON, David. **1914-1918: The history of the First World War**. Penguin UK, 2004. 784p.

Commented [BS5]: Ver SE ESSEOU O DICIONÁRIO VAI FICAR 2021a e alterar em todas as notas de rodapé.

THOMPSON, Julian. **Force Projection and Falklands Conflict**. In: BADSEY, Stephen; HAVERS, Rob and GROVE, Mark. *The Falklands conflict twenty years on: lessons for the future*. Routledge, 2005. p. 91.

_____. **No Picnic: 3 Commando Brigade in the South Atlantic**, 1982. Leo Cooper, 1992. *E-book*. 296p.

TZU, Sun. Sun Tzu's ~ **The Art of War**. Translated by Lionel Giles, M.A.. Pax Librorum Publishing House, 2009. 55p.

VIDIGAL, Armando A. F. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 3ª Edição, 1985. pp. 44-105.

WOODWARD, Sandy; ROBINSON, Patrick. **One hundred days**. HarperPress, 2012. 360p.

GLOSSÁRIO

Amphibious Task Force: Força Tarefa Anfíbia.

Cadeia de Comando: é a sucessão de comandantes de um superior a um subordinado através do qual o comando é exercido.

Carrier Battle Group: Grupo de Batalha e Porta-Aviões.

Commander Amphibious Task Force: Comandante da Força Tarefa Anfíbia.

Commander-in-Chief Fleet: Comandante em Chefe da Esquadra.

Commander Land Force: Comandante da Força de Desembarque.

Commander Land Forces Falklands Islands: Comandante das Forças Terrestres das Ilhas Falklands.

Commander Task Force: Comandante da Força-Tarefa.

Commodore Amphibious Warfare: Comodoro da Guerra Anfíbia.

Consciência Situacional: Percepção precisa dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real.

Diretiva Inicial: Uma ordem a um comandante subordinado para conduzir operações militares conforme as instruções da diretiva.

Establishing Directive Diretiva que estabelece as relações de “apoiador” e “apoiado” entre os comandantes designados em uma *Amphibious Force*.

Estado Maior: Órgão composto de pessoal militar qualificado, que tem por finalidade assessorar o comandante no exercício do comando.

First Flotilla: Primeira Esquadra.

Flag Officer Submarines: Comandante da Força de Submarinos.

Flag Officer Flotilla 1: Comandante da Primeira Esquadra.

Flag Officer Flotilla 3: Comandante da Terceira Esquadra.

Intenção do Comandante: uma expressão clara e concisa do propósito da operação e o estado final militar desejado que apoia a execução descentralizada de ações, baseado no efeito desejado; fornece foco ao estado-maior e ajuda os comandantes subordinados e auxiliares a agirem para alcançar os resultados desejados pelo comandante sem ordens adicionais, mesmo quando a operação não se desenrola conforme o planejado.

Joint Chief of Staff: Chefe do Estado Maior Conjunto.

Joint Force Commander: Comandante das Forças Conjuntas.

Joint Publications (Publicações Conjuntas): Uma compilação de princípios, considerações e orientações fundamentais acordados sobre um tópico específico, aprovados pelo Presidente do Estado-Maior Conjunto ou por um representante autorizado, que orienta o emprego de uma força conjunta em direção a um objetivo comum.

Landing Force: Força de Desembarque.

Operação Conjunta: ações militares conduzidas por forças conjuntas e forças de serviço empregadas em relações de comando específicas entre si, que por si só não estabelecem forças conjuntas.

Operação Paraquet: Operação para recuperar a Georgia do Sul.

Royal Navy: Marinha Real Britânica.

Royal Marines: Fuzileiros Navais Britânicos.

United States Marine Corps: Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

United States Navy: Marinha dos Estados Unidos.

ANEXO A

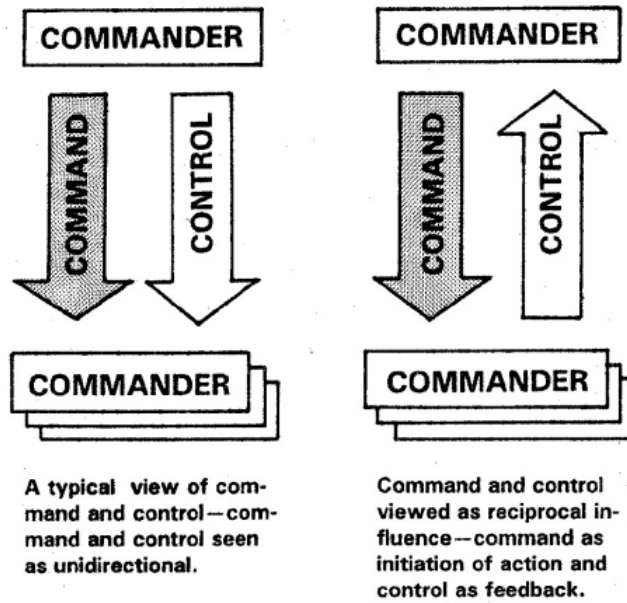


Figura 1 – Duas visões da relação entre comando e controle.
Fonte: EUA, 2018, p. 1-8.

ANEXO B

Examples of Shifts in the Support Relationship

Mission	Supported Commander
Assault	CATF, then CLF
Raid with coastal threat	CATF, then CLF, then CATF
Inland raid with no coastal threat	CLF
Demonstration	CATF
Withdrawal	CLF, then CATF
Foreign humanitarian assistance	CATF or CLF

* Actual supported-supporting commanders will be designated by the establishing authority based on the specific mission requirements.

Legend

CATF commander, amphibious task force CLF commander, landing force

Figura 2 – Exemplo de mudanças na relação de apoio entre ComForTarAnf e ComForDbq
 Fonte: EUA, 2021b, p. III-4.

ANEXO C

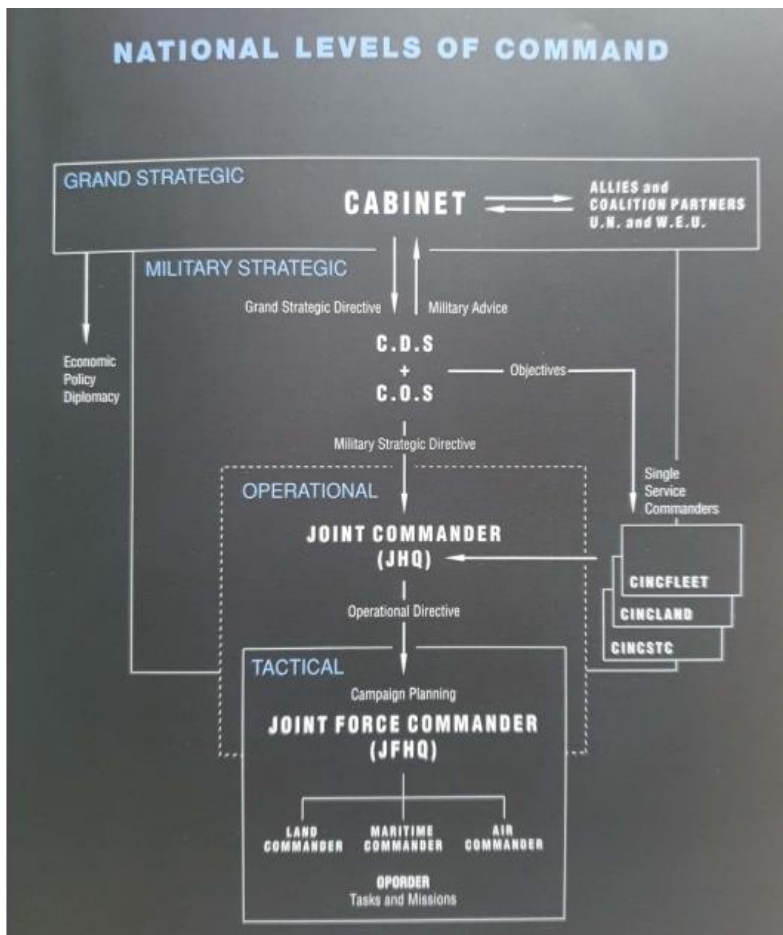
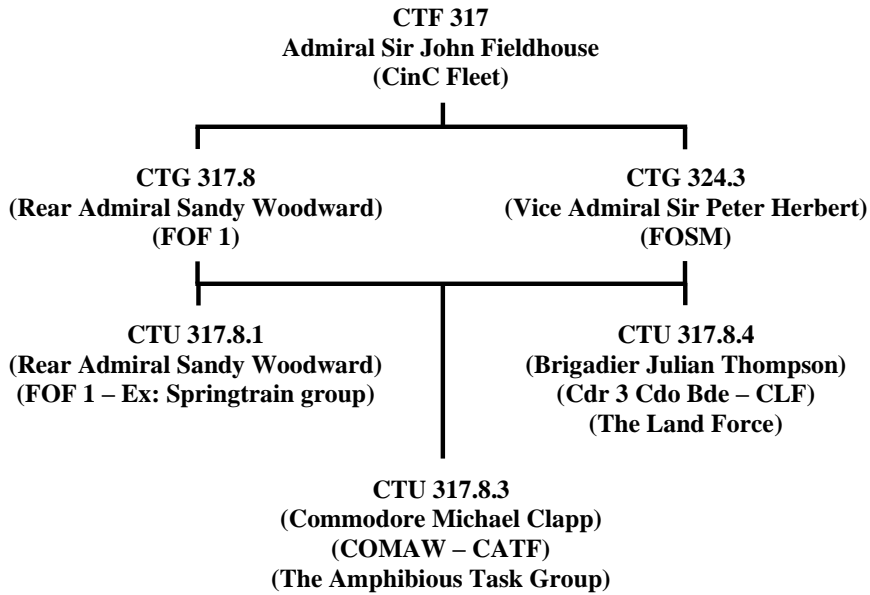


Figura 3 – Níveis de condução da guerra
 Fonte: REINO UNIDO, 1996, p. 143.

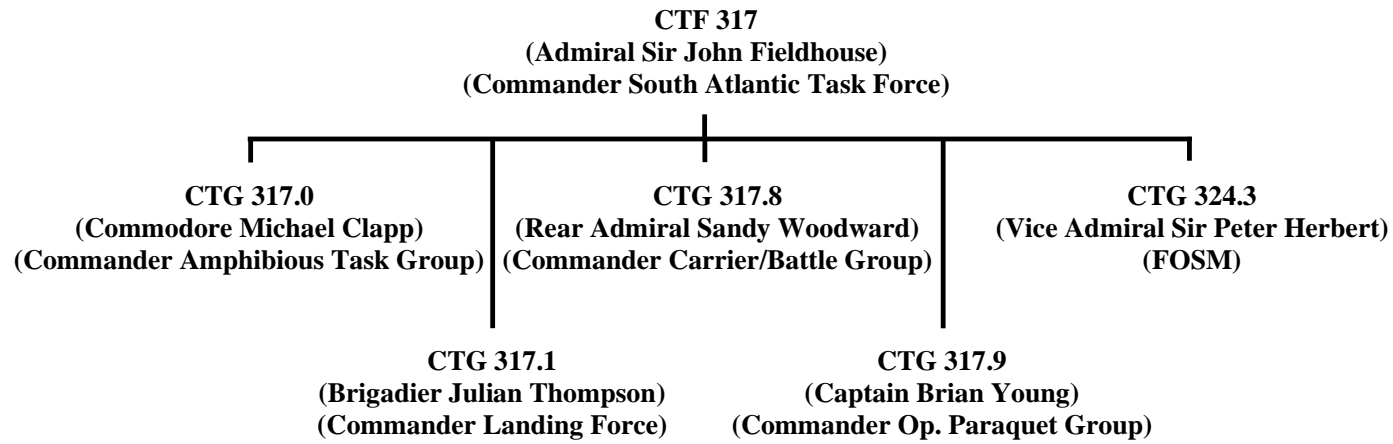
ANEXO D



Organograma 1 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 02 abril de 1982

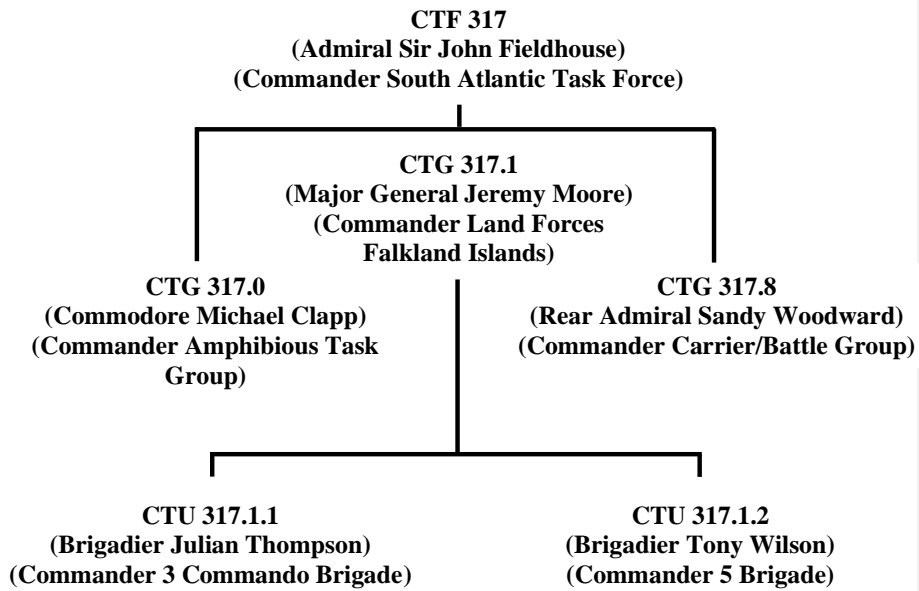
Fonte: CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 62.

ANEXO E



*Organograma 2 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 09 abril de 1982.
Fonte: CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 82.*

ANEXO F



Organograma 3 – FT - 317 Força Tarefa Atlântico Sul em 12 maio de 1982.
Fonte: CLAPP, Michael; SOUTHBY-TAILYOUR, 2012, p. 381